**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

JOSÉ RADAMÉS MARQUES MIGUEL DOS ANJOS

**A POLÍTICA LOCAL AJUDA A EXPLICAR A PUNIÇÃO ELEITORAL DE
PREFEITOS CORRUPTOS?**

Um estudo da corrupção em pequenos municípios brasileiros

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2015

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A POLÍTICA LOCAL AJUDA A EXPLICAR A PUNIÇÃO ELEITORAL DE
PREFEITOS CORRUPTOS?**

Um estudo da corrupção em pequenos municípios brasileiros

José Radamés Marques Miguel dos Anjos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como requisito parcial para
obtenção de título de Mestre em Ciência Política

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Guadalupe Barberia

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo:

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d612p dos Anjos, José Radamés Marques Miguel
A POLÍTICA LOCAL AJUDA A EXPLICAR A PUNIÇÃO
ELEITORAL DE PREFEITOS CORRUPTOS?: Um estudo da
corrupção em pequenos municípios brasileiros / José
Radamés Marques Miguel dos Anjos ; orientadora
Lorena Guadalupe Barberia. - São Paulo, 2015.
77 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. CORRUPÇÃO. 2. ELEIÇÕES (PROCESSO POLÍTICO). 3.
ACCOUNTABILITY . I. Barberia, Lorena Guadalupe,
orient. II. Título.

NOME: Miguel dos Anjos, José Radamés Marques.

TÍTULO: A política local ajuda a explicar a punição eleitoral de prefeitos corruptos? –
Um estudo da corrupção em pequenos municípios brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política do Departamento de Ciência Política
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como requisito parcial para
obtenção de título de Mestre em Ciência Política

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento desta dissertação. Sem seu apoio ou colaboração, este trabalho seria inviável. A lista é grande e eu espero que a memória não me comprometa com a ausência de ninguém.

Ao professor Marcus André Melo, que me apresentou a esta agenda de pesquisa e me incentivou a sempre apostar nos caminhos acadêmicos menos óbvios, mas sempre mais promissores.

Aos professores da minha banca de qualificação George Avelino e Ciro Biderman, cujas sugestões valiosas eu tentei incorporar a este trabalho.

Aos colegas do grupo de orientação da professora Lorena: Natália Moreira, Gabriel Madeira e Danilo Barboza. Pelos excelentes comentários que me ajudaram a dar norte e coesão a este trabalho.

Aos amigos do DCP, além dos citados anteriormente, Jessica Voigt, Daniela Costanzo, Telma Hoyler, Thiago Meireles, Leonardo Menezes, Barbara Vieira. Que tornaram esse caminho mais divertido, mas não menos estressante.

A Graziella Testa, Samuel Ralize, Layla Carvalho, Isabel Meunier, Marute Viana e Renata Mendes. Pela convivência quase diária. E o compartilhamento das angústias, saudade de casa e do estranhamento cotidiano em relação a São Paulo.

Aos amigos de Recife, Ana Carolina Barros, Raissa Bezerra, Camila Bivar, Felipe Oriá, Vítor Diniz, Rodrigo França, Alexandre Lindemberg, Allan Santos, Audálio Machado, Caio Leite Rabelo, David Montenegro, Diego Abreu, Diogo Mussalem, Egerton Neto,

Gabriel Augusto e Jorge Oliveira. Pelas conversas sempre produtivas e pela saudade que dá sentido à amizade.

A Sabrina Almeida. Pela amizade, pelo ombro via telefone, pela disposição em ouvir, aconselhar e construir caminhos. Por tudo. Embora nosso acordo implique em não agradecer à amizade, apenas retribuí-la.

Ao meu avô, Joaquim. O maior entusiasta da carreira acadêmica que eu já conheci.

Aos meus pais queridos, Otilde e Pedro. Pelo amor e apoio incondicional que tornaram essa empreitada possível.

Por último, mas a primeira em ordem de importância, à Professora Lorena Barberia. Pela orientação, pela paciência nos momentos mais difíceis desta pesquisa. Por tudo o que me ensinou durante esses dois anos e meio. Muito, muito, muito obrigado! Este trabalho está aquém da sua orientação.

RESUMO

Esta pesquisa pretende estudar como denúncias e evidências de corrupção mobilizam partidos da oposição, eleitores e prefeitos incumbentes levando à punição de prefeitos corruptos durante as campanhas de reeleição. Usando um banco de dados oriundo de relatórios de auditoria aleatórios elaborados pela Controladoria Geral da União que analisam como as transferências federais foram usadas em pequenos municípios brasileiros, nós mostramos que o momento em que os resultados da auditoria são divulgados aos eleitores desempenha um papel importante para saber se prefeitos corruptos serão punidos. Quando os resultados de auditoria produzem provas de corrupção antes da eleição, os prefeitos são menos propensos a concorrer à reeleição. Além disso, os municípios em que as auditorias foram divulgadas antes e durante o período eleitoral tiveram menores taxas de reeleição dos prefeitos. Mostramos isso devido ao aumento da candidatura de candidatos de partidos da oposição como rivais. Nossa análise é restrita a 270 municípios cujos prefeitos estavam em seu primeiro mandato, e cujas administrações foram auditadas entre 2003 e 2004. Nossas conclusões lançam luz sobre os mecanismos que ajudam a explicar os resultados anteriores que mostram que evidências de corrupção punem prefeitos corruptos. Chamamos à atenção para a importância da dinâmica política como ajudar a explicar porque os prefeitos corruptos vão ou não ser punidos.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção; Informação; Competição eleitoral; *Accountability*;

.

ABSTRACT

This research aims to study how corruption allegations and evidence mobilize opposition parties, voter and incumbent mayors leading to the punishment of corrupt mayors during re-election campaigns. Using a database based on random audit reports prepared by the Controladoria Geral da União examining how federal funds were used in small Brazilian municipalities, we show that the timing of when audit findings are disclosed to voters plays an important role in whether corrupt mayors will be punished. When audit records produce evidence of corruption prior to the election, mayors are less likely to run for re-election. Moreover, municipalities where audits were disclosed before and during the election period had lower rates of re-election of the mayors. We show this due to the increase in the candidacy of opposition party candidates as rivals and votes. Our analysis is restricted to 270 municipalities whose mayors were in their first term, and whose administrations were audited by federal accountants between 2003 and 2004. Our findings shed light on the mechanisms which help to explain previous findings showing that random audit corruption evidence punishes corrupt mayors. We draw attention to the importance of political dynamics as helping to explain why corrupt mayors will or will not be punished.

KEYWORDS: Corruption; Information; Electoral competition; Accountability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
4. DESENHO DE PESQUISA E DADOS.....	31
5. RESULTADOS.....	51
6. CONCLUSÃO.....	71
7. REFERÊNCIAS.....	74

INTRODUÇÃO

Numa democracia em pleno funcionamento, espera-se que os eleitores sejam capazes de premiar e punir seus políticos a partir do desempenho de seus governos. A literatura dedica extensa atenção aos efeitos da informação no fortalecimento da *accountability* eleitoral (Przeworski *et al.*, 1999). Eleitores bem informados seriam capazes de avaliar melhor seus representantes e, desse modo, puni-los quando estes agem em desacordo com o bem comum (Ferejohn, 1986). De fato, a informação é um fator importante para que eleitores punam maus políticos, porém, dois pontos permanecem pouco explorados pela literatura. O primeiro diz respeito ao controle da informação, quem produz a informação e quem é o responsável por levá-la até o eleitor? O segundo ponto, que está diretamente relacionado ao primeiro, é quem trabalha esta informação e a mantém evidente a ponto de influenciar o voto do eleitor. São questões importantes porque estão diretamente relacionadas à capacidade de os eleitores responderem nas urnas ao desempenho dos seus governantes.

Porém, mesmo que a informação seja um elemento importante na punição eleitoral de políticos corruptos, não podemos perder de vista que um fator preponderante que pode reforçar esse mecanismo é a existência de alternativa política ao incumbente. Afinal, não existe alternância se não há alternativa oferecida ao eleitor. Neste sentido, a existência de competição política local é extremamente importante para haver punição eleitoral. Oposições bem organizadas e fortes são mais capazes de trabalhar as evidências de corrupção e, dessa forma, impor derrotas eleitorais a governantes pegos em escândalos. Por outro lado, em localidades em que essas forças políticas são menos

organizadas e menos competitivas, o trabalho de manter evidente a informação sobre a corrupção é menos eficiente e, desse modo, a punição ao político corrupto é mais difícil.

Este trabalho estuda o efeito da informação e da competição política local sobre a punição eleitoral de prefeitos corruptos em pequenos municípios brasileiros. Para tanto, utilizaremos um banco de dados baseado em relatórios de auditorias da Controladoria Geral da União cuja seleção dos municípios a serem auditados é realizada por meio de sorteio através do sistema de loterias da Caixa Econômica Federal. Isso garante a ausência de problemas muito comuns em estudos sobre corrupção, pois abre a possibilidade de trabalhar com um indicador objetivo de corrupção, o que nos livra da necessidade de recorrer aos índices de percepção. Ademais, também resolve o problema de viés de seleção, uma vez que a amostra de municípios auditados é aleatória. Por fim, o Brasil possui municípios de perfis socioeconômicos bastante diversos, mas cujo processo eleitoral ocorre sob uma mesma base jurídica, isto nos isenta dos problemas resultantes das diferenças de sistemas institucionais que são recorrentes em estudos de *cross-national* sobre corrupção.

Existe uma literatura importante que tem procurado estudar as evidências de práticas corruptas na execução de obras financiadas pelas transferências recebidas do Governo Federal por governos locais. Nossa análise pretende contribuir com estes estudos jogando luz sobre uma questão ainda pouco explorada pelas análises que têm se debruçado sobre os resultados das auditorias da CGU: como a política local utiliza a informação produzida pela auditoria e os efeitos desta informação sobre o resultado eleitoral do prefeito incumbente. Para tanto, comparamos o desempenho eleitoral dos

prefeitos cujos resultados das auditorias foram divulgados antes, durante e depois das eleições municipais de 2004. Desse modo, nós investigamos se o desempenho do incumbente na eleição foi influenciado: i) pelo resultado da auditoria, ii) pela competição política daquela eleição, e iii) pelo período em que o resultado da auditoria foi divulgado.

Nosso argumento enfatiza que a existência de evidências de corrupção e uma oposição ao incumbente são fatores determinantes, mas uma variável importante a ser incluída no modelo é o tempo, mais especificamente, a distância temporal entre o período em que a auditoria é realizada e as eleições. A literatura dá conta que escândalos de corrupção costumam ter impacto eleitoral mais acentuado quando ocorridos em períodos mais próximos das eleições (Brollo, 2008). Nesta pesquisa estudamos se a distância temporal entre a divulgação dos relatórios das auditorias CGU e as eleições é um fator determinante para compreender a forma como a oposição irá trabalhar os resultados verificados pelos auditores. Partimos do pressuposto de que uma auditoria realizada muito tempo antes da eleição oferece margem maior ao prefeito para reagir às denúncias, aumentando e melhorando a qualidade dos gastos sociais, por exemplo. Ao mesmo tempo, dificulta o trabalho da oposição de manter as denúncias de forma contínua em evidência até o período eleitoral. Por outro lado, se a auditoria é realizada muito próxima ao período eleitoral, tanto a tentativa da oposição de inserir o tema no debate eleitoral é facilitada, quanto à margem de manobra do prefeito para reagir às denúncias é encurtada (Ferraz e Finan, 2008).

Assim, acreditamos que podemos suprir uma importante lacuna na literatura sobre corrupção e *accountability* eleitoral ao contribuir para a compreensão do papel da política local em prover *accountability* eleitoral. A literatura já dedicou muito trabalho à análise de como o acesso à informação afeta a responsividade dos governos, levando os governantes a agirem visando ao bem comum (Ferejohn, 1986; Przeworski *et al.*, 1999; Rose Ackerman, 1975). Mais recentemente, trabalhos que utilizaram os resultados do programa de auditorias da CGU procuraram entender como os eleitores respondem a uma informação nova, produzida por uma fonte externa ao processo político (Avelino *et al.*, 2013; Batista, 2013; Ferraz e Finan, 2008 e 2010). Entretanto, pouca ou nenhuma atenção foi dada ao modo como a dinâmica política local é importante para explicar a resposta dos eleitores a essa nova informação.

A presente dissertação se divide em seis seções incluindo esta introdução e as conclusões. A seguinte seção promove uma revisão da literatura nacional e internacional sobre a corrupção. Na terceira seção discutimos o referencial teórico que norteia este trabalho. Em seguida, é exposta a estratégia empírica, em que discutimos o desenho de pesquisa, a organização das nossas variáveis e os modelos estatísticos a serem testados. Na quarta seção, fazemos uma análise descritiva dos dados levantamos e algumas hipóteses preliminares advindas destes resultados. A quinta traz uma análise dos resultados dos nossos modelos estatísticos. E, por fim, a sexta seção traz as conclusões do trabalho.

REVISÃO DE LITERATURA

As pesquisas sobre o fenômeno da corrupção vêm adquirindo relevo dentro do debate das ciências sociais nas últimas décadas. Muitos pesquisadores têm se debruçado sobre o tema na tentativa de explicar suas origens, consequências e efeitos sobre a sociedade e o sistema político. Na ciência política, especificamente, o tema se tornou terreno fértil principalmente na literatura relacionada aos estudos das instituições. O neoinstitucionalismo incorporou a abordagem da racionalidade na análise do papel que as instituições desempenham a fim de incentivar e constranger determinados comportamentos dos atores políticos. Dessa forma, muito esforço tem sido empreendido na tentativa de compreender como as diferentes variáveis dos sistemas político podem atuar para incentivar ou constranger os agentes políticos a praticarem atos de corrupção. Assim como de que modo as instituições podem atuar no sentido de fortalecer a *accountability* e facilitar a punição de políticos corruptos pelo eleitor.

Vários estudos sobre a corrupção examinam como o sistema eleitoral pode estimular e constranger práticas corruptas (Persson, Tabellini, Trebbi, 2003; Chang, 2005; Kunicová e Rose-Ackerman, 2005). Basicamente, a literatura afirma que a reeleição constrange o comportamento corrupto porque a corrupção diminuiria as chances de conseguir um novo mandato, já que a reeleição expõe o político à fiscalização da população e da oposição (Kunicová e Rose-Ackerman, 2005). A reeleição seria, portanto, um importante instrumento de *accountability* vertical, através do qual a população iria recompensar governos bem-sucedidos e punir governos incompetentes ou corruptos (Riker, 1983; Powell, 2000). Da mesma forma, Ferejohn (1986) argumenta

que os candidatos à reeleição evitam o comportamento *rent-seeking* a fim de obter um novo mandato e, em seguida, participar na extração de recursos, atrasando, portanto, o comportamento corrupto.

Da mesma forma, outros estudos destacam o papel de outras variáveis institucionais na geração de incentivos para a *accountability* vertical, aumentando a fiscalização dos políticos pelos eleitores e pelos seus pares concorrentes. E, assim, contribuindo para a punição eleitoral dos que foram flagrados praticando atos de corrupção. Uma dessas variáveis é a regra eleitoral. As regras eleitorais organizam o processo de seleção dos governantes e, dessa forma, geram incentivos e constrangimentos para determinados comportamentos, tanto por parte dos políticos quanto dos eleitores. Estudos de Persson, Tabellini e Trebbi (2003), e Kunicová e Rose-Ackerman (2005) associam a regra majoritária, segundo a qual é eleito o candidato com o maior número de votos apurados, a uma série de incentivos para o bom comportamento dos políticos, uma vez que ela melhoraria a supervisão do candidato pelo eleitor, tornando mais fácil o processo de punição eleitoral. Da mesma forma, sob a regra majoritária, as preocupações com a carreira individual são mais fortes do que sob um sistema de representação proporcional de lista aberta, isto aumentaria o custo reputacional da corrupção, o que resulta numa menor incidência deste fenômeno (Persson, Tabellini e Trebbi, 2003).

Da parte dos políticos, a representação proporcional (RP) - segundo a qual a quantidade de cadeiras obtidas por um partido numa eleição tende a ser proporcional à quantidade de votos recebida por este - geraria constrangimentos para a fiscalização eficaz da

corrupção por parte da oposição, pois o fato de a RP resultar na formação de governos de coalizão multipartidária, os partidos de oposição poderiam repensar a sua estratégia de expor a corrupção de governos controlados por partidos com os quais poderiam se aliar no futuro. Além disso, a exposição de esquemas de corrupção em sistemas multipartidários acaba gerando benefícios marginais para todos os partidos de oposição e não necessariamente apenas para o partido que trouxe o esquema à tona. O que não acontece nos sistemas majoritários, que têm dois blocos estáveis e distintos (Kunicová e Rose-Ackerman, 2005).

Assim, sob a regra majoritária eleições seriam mais eficazes para proporcionar uma arena eleitoral mais competitiva, contribuindo para um ambiente de vigilância mútua entre candidatos e dos eleitores sobre os candidatos. Isto vai de encontro aos achados de Chang (2005) sobre os efeitos de um ambiente eleitoral competitivo no combate à corrupção, segundo os quais a baixa competitividade traz um grande incentivo para a prática de delito; uma vez que o atual prefeito não vê castigo eleitoral para o malfeito, tende a se engajar de forma ilimitada em práticas corruptas. Por outro lado, Chang (2005) também afirma que eleições extremamente competitivas também podem implicar na ocorrência de práticas de corrupção, uma vez que os candidatos vislumbram a partir dessas práticas a oportunidade de virar o jogo a seu favor. É importante ressaltar que as análises dos autores aqui citados referem-se aos efeitos da regra majoritária sobre a corrupção nas eleições parlamentares. Como a eleição para prefeito no Brasil, bem como para outros cargos executivos, também ocorrem com base na regra majoritária, a análise da reeleição dos prefeitos brasileiros oferece uma importante experiência para contribuir a esta literatura e verificar se seus achados são mantidos.

Vários estudos já fizeram importantes contribuições para compreender os fatores determinantes que podem definir o grau de corrupção nos municípios brasileiros (Brollo, 2008) (Ferraz e Finan, 2008) (Melo, Pereira e Figueiredo, 2008) (Ferraz e Finan, 2011) (Batista, 2013) (Avelino *et al.*, 2013). No entanto, essa literatura tem produzido alguns resultados intrigantes. Por exemplo, Ferraz e Finan (2008; 2011) argumentam que os níveis de corrupção em municípios cujos prefeitos estão em seus primeiros mandatos são menores do que aqueles cujos prefeitos estão em seu segundo mandato. Segundo os autores, isso pode ser explicado pelos incentivos ao bom comportamento advindos da regra da reeleição. Com o objetivo de ser reeleito nas próximas eleições, o prefeito corrupto adia sua estratégia de *rent-seeking* e se comporta bem no primeiro mandato.

Tais achados estão em linha com os estudos de Avelino *et al.* (2013) acerca dos efeitos das auditorias da CGU sobre o gerenciamento do gasto público em saúde nos municípios auditados. Os autores analisam a maneira pela qual a existência de instituições de *accountability* horizontal – como os conselhos municipais de saúde – e vertical – como a regra da reeleição – podem contribuir para inibir o comportamento corrupto dos governos municipais em relação aos recursos investidos em políticas de saúde. Os resultados são consistentes em relação ao efeito de instituições de *accountability* horizontal efetivas, tanto no plano central quanto no plano local, sobre a diminuição da ocorrência de desvios. Ou seja, os municípios em que estas instituições atuam de forma efetiva possuem nível menor de corrupção do que aqueles em que a atuação destas instituições é deficiente. Ao mesmo tempo, embora sem significância estatística, os resultados sugerem que deva existir um efeito negativo da reeleição sobre

a ocorrência de desvios, a indicar, dessa forma, que a *accountability* vertical possa exercer alguma influência no controle dos desvios por parte dos incumbentes.

No entanto, os resultados do estudo de Melo, Pereira e Figueiredo (2008) mostram que não há diferença significativa entre a quantidade de corrupção em municípios com prefeitos em primeiro ou segundo mandato. Estes resultados sugerem que a regra de reeleição não tem efeito sobre o bom comportamento de prefeitos em primeiro mandato. Porém, os resultados podem ser diferentes devido ao fato que os autores trabalharem com fontes de dados distintas, embora ambos utilizem como objeto municípios. Ferraz e Finan (2008; 2011) e Avelino *et al.* (2013) analisam os municípios auditados pela CGU dentro do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos. Por sua vez, a análise de Melo, Pereira e Figueiredo (2008) restringe-se aos municípios auditados pelo tribunal de contas do estado de Pernambuco, não se tratando, portanto, da mesma amostra.

Certamente, a informação tem um papel central em fazer com que políticos corruptos adiem seus planos de *rent-seeking* e comportem-se de forma responsável no primeiro mandato; e, de certa forma, Ferraz e Finan (2011) tentam incorporar esta variável em sua análise. A informação é o fator chave para trazer incerteza aos prefeitos corruptos sobre os ganhos da estratégia de *rent-seeking* em comparação com os seus custos, como receio de punição eleitoral ou judicial, ou, simplesmente, de serem pegos pelos auditores da CGU. Mas que tipo e como a informação influencia e molda as preferências eleitorais não é muito bem compreendido ou testado pela literatura. Nesta pesquisa, propomos justamente melhor mensurar os mecanismos pelos quais as

percepções de corrupção podem contribuir para a punição eleitoral de prefeitos em pequenos municípios brasileiros.

Para entender melhor as motivações desta pesquisa, é importante fazer uma especial menção aos trabalhos de Ferraz e Finan (2008; 2011) dado que estes autores têm apontado a informação como o fator chave para explicar porque alguns prefeitos decidem ser menos corruptos. Utilizando os resultados das auditorias realizadas pela CGU de maio de 2003 a setembro de 2004, os autores apresentam evidências apontando que prefeitos em primeiro mandato são menos propensos a serem corruptos (Ferraz e Finan, 2011). Os autores afirmam que a informação mensurada a partir da existência de estações de rádio nestas cidades é o mecanismo que ajuda a explicar a punição dos prefeitos nas urnas, pois, é pelas rádios que os resultados do relatório de auditoria publicada no site da CGU são divulgados e, desta forma, informam os eleitores, que demonstram uma tendência menor a reeleger os prefeitos identificados como corruptos (Ferra e Finan, 2008).

Há motivos para questionar que as rádios sejam o mecanismo de informação responsável por fazer o elo entre a auditoria da CGU e os eleitores. O mais importante deles é que precisamos ter em mente que, no Brasil, concessões de rádio normalmente são distribuídas com fins políticos e essas rádios, muitas vezes, não são independentes do poder político local (Pieranti e Martins, 2011; Lima e Lopes, 2008). Um estudo de Lima e Lopes (2008) sobre a distribuição das outorgas de rádios comunitárias concedidas entre 1999 e 2004, por exemplo, confirma de que mais de 50% delas é

concedido em nome de indivíduos com ligação com grupos políticos locais. No estado do Tocantins este percentual sobe para 85,7%!

Portanto, isto reforça as críticas em relação aos problemas envolvidos em utilizar esta variável como um *proxy* de informação, segundo o qual a existência de estações locais de rádio seria um indicativo de que os cidadãos conseguiriam obter informação acerca dos resultados das auditorias. Assim, as rádios locais podem, inclusive, ter um efeito inverso sobre o controle dos prefeitos por parte das populações, funcionando como um meio de impedir que essas populações obtenham informação acerca da administração municipal e agindo, portanto, como um meio de manutenção de políticos corruptos no poder local.

Assim, os incentivos institucionais que constroem a prática da corrupção precisam estar relacionados também a mecanismos que reforcem a *accountability* vertical, resultando em punição eleitoral ao político corrupto. Como exposto nesta revisão, este reforço passa pela criação de mecanismos intraestatais de fiscalização, que gere informação sobre os gastos e comportamento dos governos. Enfim, de instituições de *accountability* horizontal (O'donnell, 2003; Avelino *et al.*, 2013) que, aos moldes do programa de auditorias da CGU, sejam capazes de trazer à tona os desvios dos políticos. Por outro lado, a literatura tem tentado compreender de que forma essa informação chega ao eleitor e ela é capaz de alterar seu voto (Ferraz e Finan, 2008). Na próxima seção iremos nos dedicar a compreender melhor como esses dois fenômenos – produção da informação por uma instituição externa e a punição eleitoral – se relacionam.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da discussão exposta acima, afirmamos que há mecanismos importantes que precisam ser melhor compreendidos na forma como a informação pode ser utilizada para comunicar e produzir mudanças levando os incumbentes a não conseguir se reeleger. Por isso, nosso modelo irá tentar melhor modelar como a disputa política local pode ajudar a entender as evidências levantadas por Ferraz e Finan (2008; 2011) de que prefeitos brasileiros em seu primeiro mandato flagrados com evidências de práticas corruptas são punidos nas urnas em municípios com populações com menos de 500.000 habitantes. Para tal, iremos tentar construir um modelo que incorpora as formas em que a política pode influenciar o resultado observado.

Uma variável chave, ainda pouco explorada pelos autores que têm estudado este tema com os dados da CGU, e que será utilizado nesta pesquisa será a data de divulgação dos resultados das auditorias. Neste caso, pretendemos explorar se o tempo – classificado a partir da proximidade entre a publicação do relatório e a eleição – é responsável por manter em evidência as suspeitas sobre a administração municipal e fazer com que os eleitores levem em conta a corrupção na hora do voto. Tanto estudos com base nas auditorias da CGU quanto baseados em casos que não se restringem ao Brasil atestam que a punição eleitoral em casos de escândalos de corrupção costuma ser menor se os escândalos são diluídos no tempo, afastados da eleição (Brollo, 2008; Fernández-Vázquez *et al.*, 2013). Isto nos leva a crer que tão importante quanto saber se o eleitor tem informação sobre a corrupção é quando esta informação vem à tona. Quão próxima das eleições ela vier, maiores seriam as chances de o político corrupto sofrer punição

eleitoral, uma vez que os custos políticos de denúncias são maiores para o incumbente quão mais próximas das eleições elas surgem (Cobb *et al.*, 2013). O que sugere que a força das denúncias depende da capacidade da oposição de conseguir inserir essas informações no processo eleitoral.

Neste sentido, é importante contextualizar o ambiente em que ocorrem as auditorias aleatórias realizadas pela CGU desde abril 2003. O programa utiliza o sistema de sorteios das loterias da Caixa Econômica Federal para auditar as obras financiadas pelo governo federal por meio de transferências aos municípios brasileiros. Inicialmente 25 municípios eram selecionados por sorteio, mas este número aumentou até chegar aos 60 atuais. Desde o início, cidades com até 500 mil habitantes, exceto as capitais estaduais, podiam ser sorteadas. Porém, devido à própria distribuição populacional dos municípios brasileiros, em sua grande maioria, os municípios sorteados costumam ser muito pequenos, com média populacional de aproximadamente 26 mil habitantes, abaixo da média nacional de aproximadamente 36 mil habitantes por município¹. Durante a auditoria, os auditores da CGU analisam contas e documentos da prefeitura, fazem vistoria de obras e serviços e também têm contato com a população, a fim de estimular os cidadãos a participarem dos canais de controle da aplicação dos recursos públicos e também de verificar a prestação de serviços públicos financiados por repasses do governo federal.

¹ Referência: IBGE, 2015. <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em: 16 jul 2015

Dessa forma, é razoável supor que o próprio processo de auditoria funcione como mecanismo de produção de informação acerca dos gastos da prefeitura. Além de vasculharem as contas municipais, os auditores mantêm contato com instituições locais de *accountability* horizontal, como as Câmaras de Vereadores e os conselhos municipais, e o mais importante: eles fazem vistorias em equipamentos públicos, como escolas, hospitais ou postos de saúde, e também entrevistam cidadãos. Não custa lembrar que estes municípios são localidades pequenas e isso acarreta dois efeitos: 1) a distância entre a população e as instituições municipais, não apenas a prefeitura, mas também a Câmara de Vereadores e os conselhos, é menor; e 2) a visita de uma equipe externa de auditoria mexe com a rotina do município e coloca sob suspeita a administração do prefeito. Assim, se os conselhos municipais ou a Câmara de Vereadores tem uma composição heterogênea e não são controlados pelo prefeito, as chances de que estas instituições utilizem os resultados para constranger o prefeito são muito altas, o que vai ao encontro dos achados de Avelino *et al.* (2013).

Em razão disto, a distância temporal entre a publicação dos relatórios e as eleições é uma boa medida para captar o tempo de exposição em que o prefeito incumbente foi submetido e, dessa maneira, mensurar o impacto sobre a sua eleição. O tempo é crucial para definir a estratégia dos atores envolvidos no processo eleitoral. Uma denúncia que vem à tona num período muito afastado das eleições pode ter seu impacto diluído ao longo do tempo, fazendo com que o prefeito consiga minimizar seu impacto negativo tomando medidas que recuperem sua popularidade. Por sua vez, uma denúncia surgida num período mais próximo das eleições traz custos maiores para o incumbente (Cobb *et al.*, 2013). Do mesmo modo, é importante frisar que nestes municípios as eleições são

decididas em turno único, o que faz com que a organização da oposição seja fundamental para que as chances de punição eleitoral do prefeito corrupto sejam efetivas. Se um prefeito de um desses municípios, desgastado por denúncias de corrupção, enfrentar uma oposição desarticulada, ele pode ser reeleito mesmo que obtenha menos da metade dos votos na eleição. Por outro lado, as denúncias de corrupção também podem incentivar comportamento centrípeto em relação às alianças de sustentação do prefeito. Nesse sentido, elas podem reforçar a corrosão do apoio ao governo municipal, levando também à entrada de novos atores na corrida eleitoral.

Além da existência de partidos políticos e candidatos de oposição competitivos, o tempo é crucial para reforçar o efeito da política local. A literatura dá conta de que a competição tem um efeito não linear sobre a corrupção, ora restringindo certos tipos de corrupção, ora incentivando outros (Donovan e Branton, 2012). Ao mesmo tempo, os estudos de Chang (2005) indicam que tanto a ausência quanto o acirramento da competição podem aumentar o nível de corrupção. No caso específico dos municípios brasileiros, Batista (2013), utilizando resultados obtidos a partir das auditorias da CGU realizadas até o 14º sorteio – o que resultou numa amostra de 710 municípios –, reporta evidências de que a margem de vitória e a reeleição estariam positivamente relacionadas com a ocorrência de corrupção. Este achado em uma amostra restrita apresenta uma pergunta importante de que a inexistência de forças políticas locais alternativas e viáveis eleitoralmente podem diminuir os constrangimentos sobre o prefeito corrupto. Ao mesmo tempo, a existência de forças de oposição coesas e viáveis eleitoralmente parece fundamental para fazer com que os prefeitos corruptos sejam punidos, uma vez que os eleitores seriam capazes de

vislumbrar nestas forças alternativas críveis para substituir o prefeito pego em escândalos.

Incorporar a competição política local é importante, pois a Constituição de 1988 trouxe consigo um forte viés pró-descentralização. Este viés foi uma resposta não apenas ao caráter centralizador do regime anterior, mas também de uma reflexão longa da literatura das ciências sociais brasileiras que enxergavam o poder local nas cidades como eminentemente oligárquico e impermeável à entrada de novos atores no mercado eleitoral (Brasileiro, 1973; Leal, 1975; Soares, 2001). Foi a partir deste diagnóstico que os constituintes optaram por dotar o texto de 1988 de um viés fortemente descentralizador, reconhecendo, inclusive, os municípios como entes federativos. Este forte incentivo institucional para a descentralização resultou na criação em massa de municípios durante a primeira década de vigência da nova ordem constitucional (Peixoto, 2012), que, a despeito das implicações fiscais negativas da criação indiscriminada de municípios, num primeiro momento aumentou a representatividade do sistema político local ao diminuir o quociente eleitoral municipal das áreas então desmembradas.

A diminuição da distância eleitor-eleito, embora possa parecer duvidoso, tem respaldo na literatura no que se refere ao incremento dos sistemas de *accountability* vertical, controle dos eleitores sobre seus representantes (Peixoto, 2012). Entretanto, as análises sobre o papel do sistema político brasileiro pós-88 ainda estão concentradas no cenário nacional. Neste sentido, tende-se a transpor as conclusões acerca do funcionamento do

sistema político nacional para a lógica local, o que, de acordo com Peixoto (2012), traz consigo o risco de cometer falácias de desagregação (tomar as partes pelo todo). Estudos de Jairo Nicolau (1996) indicam que a lógica de formação de coalizões nos estados, por exemplo, segue processos distintos à lógica nacional, obedecendo a estímulos institucionais distintos, como a magnitude dos distritos, por exemplo.

Houve um aumento generalizado, em todas as faixas populacionais, do número de competidores nas eleições municipais ao longo dos pleitos desde a democratização em 1988. Observando-se, portanto, um aumento expressivo do número efetivo de partidos nesses municípios, e, por conseguinte, da competição eleitoral. Visto dessa forma, Peixoto (2012) defende que há fortes indícios de declínio dos chamados grotões, localidades isoladas e controladas politicamente de forma monopolística por uma elite local. Ao contrário da literatura que comumente associa aos sistemas partidários municipais - que seriam fonte de clientelismo e fisiologismo (De Deus, 2011) e, nessa perspectiva, oligárquicos (Soares, 2001) -, os resultados deste autor apontam que existe um aumento expressivo na competição eleitoral a partir de 1996.

Na mesma linha, Cleber de Deus (2011) argumenta que a descentralização de recursos promovida pelo novo desenho institucional pós-88, aliada ao sistema multipartidário, rompeu com as condições que mantinham as práticas oligárquicas nas disputas eleitorais municipais (De Deus, 2011). Isto teria propiciado uma democratização da competição política nesses grotões, diminuindo o poder eleitoral das oligarquias locais. Neste sentido, a competição política local fora afetada pela alteração nas regras que organizam

as disputas eleitorais – o multipartidarismo – aliada à dispersão de recursos de poder entre os entes federados oriundo da reorganização do sistema político advindo da Constituição de 1988 (De Moraes Peixoto e Goulart, 2014). Tais alterações propiciaram a ascensão de um ambiente de competição entre os atores políticos em localidades historicamente associadas como impermeáveis a desconcentração do poder político (De Deus, 2011). O resultado é que o controle dos prefeitos sobre os eleitores vem caindo ao longo os últimos ciclos de eleições ocorridos entre 1996 e 2012 (De Moraes Peixoto e Goulart, 2014) e que os níveis efetivos de competição estão em ascensão desde pelo menos 1994 (Silva, 2013).

A emergência da competição política nas localidades mais afastadas e comumente associadas ao clientelismo e à apropriação do poder público por elites locais é fundamental para compreender o processo de punição eleitoral de prefeitos corruptos. Uma vez que há forças políticas alternativas e viáveis do ponto de visto eleitoral, o eleitor pode se sentir estimulado a punir prefeitos corruptos pelo mau desempenho à frente da prefeitura. Do mesmo modo, a competição local é a chave necessária para fazer com que os resultados das auditorias possam ser instrumentalizados politicamente pela oposição a fim de fazer com que o eleitor supere a assimetria de informação normalmente associada ao processo de delegação de poder dos eleitores para os políticos, associada ao modelo de principal-agente (Ferraz e Finan, 2011). Neste modelo, os eleitores (principal) delegam poder e representação aos políticos (agente).

Entretanto, em se tratando de políticos corruptos há um rompimento entre este “contrato” de delegação, uma vez que ocorre um descompasso de expectativas entre principal e agente. O eleitor elege o político para que o trabalho deste resulte em mais bem-estar social, ao passo que o político corrupto vai se orientar em busca do seu bem-estar privado, que normalmente está dissociado da função de bem-estar social ótima (Rose-Ackerman, 1975). Dessa maneira, a não ser que um elemento externo rompa a barreira da assimetria de informação, pois o principal normalmente não tem acesso completo às ações do agente, o rompimento do “contrato” de delegação, e, portanto, a punição eleitoral, torna-se mais difícil (Rose-Ackerman, 1975).

Por outro lado, esperamos que o tempo também tenha um papel importante para reforçar os incentivos à punição dos políticos corruptos. Isto significa que o período temporal em que os escândalos vêm à tona importa. Desse modo, acreditamos que quão mais próxima das eleições for divulgado o resultado das auditorias, maior o impacto da descoberta da corrupção sobre o desempenho eleitoral do prefeito corrupto e maiores as chances de ele ser punido pelos eleitores. Desse modo, o tempo tem uma relação negativa com a punição eleitoral: quanto mais tempo se passar entre a descoberta da corrupção e o período eleitoral, menores seriam as chances de o eleitor punir o prefeito corrupto nas eleições.

Assim, a distância entre a auditoria e a eleição pode aumentar o efeito de possíveis desvios detectados pelo processo de auditoria e se refletir em punição eleitoral mais grave para os prefeitos corruptos. Numa disputa política competitiva o tempo é uma

variável fundamental na formulação das estratégias eleitorais dos dois atores em disputa. Dessa forma, uma agenda de campanha negativa, permeada por denúncias de corrupção têm mais chances de impactar sobre a votação do incumbente quando consegue mobilizar imprensa e eleitor em torno da agenda de campanha (Martin, 2004).

Neste sentido, acreditamos que a punição eleitoral do prefeito corrupto se dá em função de duas variáveis: a competição política e o período em que o relatório dos técnicos da CGU é divulgado. Desse modo, duas cidades com níveis de corrupção semelhante, mas cujos resultados da auditoria da CGU foram publicados em datas diferentes e cujas oposições aos prefeitos corruptos contam com graus de diferentes de organização e competitividade, poderiam naturalmente ter resultados distintos em relação à punição de seus respectivos prefeitos.

O modelo de comportamento do incumbente (Ferejohn, 1986) prevê que a possibilidade de reeleição faz com que os políticos alinhem suas preferências às dos seus eleitores, evitando, assim, comportamento *rent-seeking*. Desse modo, a exposição do político a um novo processo eleitoral a fim de renovar seu mandato, traz consigo a possibilidade de o eleitor avaliar melhor seus representantes e premiá-los ou puni-los de acordo com seu desempenho. Entretanto, para que este mecanismo funcione adequadamente, é importante que os eleitores tenham acesso a informação sobre o comportamento dos políticos no exercício de seus mandatos (Przeworski *et al.*, 1999; Ferraz e Finan, 2008). É a informação que permite que o eleitor avalie os políticos e premie àqueles que se comportem de forma mais alinhada às suas preferências e puna àqueles que, de certa

forma, se comportaram de modo errado. Neste sentido, a busca por um mandato torna os políticos mais responsivos em relação a seus eleitores.

O modelo proposto por Ferraz e Finan (2008) se insere nesta mesma agenda de pesquisa acerca do papel da informação em prover *accountability* e moldar as políticas públicas. Entretanto, os autores invertem a análise ao retirar o foco dos governos, mais especificamente sobre como a informação afeta a responsividade dos governantes perante os eleitores, e colocá-los sobre os eleitores. A preocupação dos autores é procurar entender como os eleitores respondem a uma nova informação sobre o governo do seu município, gerada por um agente alheio ao jogo político local. Desse modo, segundo os autores, os eleitores partem de uma crença pré-concebido acerca da honestidade dos seus prefeitos e a punição eleitoral ao incumbente se dá na medida em que esta crença é confirmada ou não pela auditoria da CGU. Assim, enfatiza-se que não apenas a disponibilidade de informação reforça a *accountability* eleitoral, mas também, a interpretação acerca desta informação é influenciada pela visão anterior que os eleitores têm de seus políticos. Dessa forma, os autores defendem que os eleitores compartilham a visão inicial de que os políticos são corruptos e punem apenas aqueles incumbentes que ultrapassam “o nível mediano” de corrupção descoberta pelas auditorias da CGU (Ferraz e Finan, 2008).

Para compreender melhor o argumento dos autores, segue abaixo um diagrama.

Figura 1. A Punição Eleitoral em Ferraz e Finan (2008)

Fonte: Elaboração própria.

Diante do mecanismo proposto por estes autores, pensamos que há uma lacuna explicativa entre a publicação do relatório pela CGU e a divulgação dos resultados na mídia. É verdade que a informação gerada pelos relatórios é crucial para que os eleitores avaliem o prefeito. Porém, há um ponto que precisa ser mais bem compreendido: o papel das oposições locais em trabalhar a informação oriunda dos relatórios e capitalizar seus resultados durante as eleições. A força e organização da oposição são fundamentais para fazer com que a informação seja trabalhada e exposta durante o ciclo eleitoral e, o mais importante, para que haja punição eleitoral do prefeito corrupto (Chang, 2005). Embora a fonte da informação sobre os atos de corrupção, no caso a CGU, seja externa ao jogo político local, a capacidade dessa informação de ter consequências práticas na política local depende dela inserir-se no debate eleitoral do município. E essa inserção é empreendida pela oposição, que utiliza esta informação para constranger o prefeito durante o processo eleitoral. A Figura 2 intenta definir como a oposição ao incumbente pode intervir no mecanismo proposto por Ferraz e Finan (2008).

Figura 2. A Influência da Política Local na Punição Eleitoral

Fonte: Elaboração própria.

DESENHO DE PESQUISA E DADOS

Como ocorre em uma base ilegal, a corrupção é um fenômeno difícil de ser mensurado. Muitos estudos têm alertado para os riscos da utilização de índices de percepção de corrupção para a mensuração deste fenômeno, uma vez que eles possuem uma série de problemas metodológicos que põem em dúvida a sua aplicabilidade para medir este fenômeno (Power e González, 2003; Abramo, 2005; Power e Jamison, 2005; Urrea, 2007). Por reduzir os problemas de viés o estudo é baseado nos dados coletados com base nas informações analisadas a partir de relatórios de auditoria das transferências federais para os governos municipais, selecionados de forma aleatória por meio de sorteio público.

Desde 2003, o programa implementado pela Controladoria Geral da União seleciona municípios por meio do sistema de loteria da Caixa Econômica Federal. Ao contrário de medidas de percepção, esta medida é uma avaliação objetiva do grau de corrupção

nesses municípios dado que o cálculo é baseado nas informações fornecidas pelos auditores sobre práticas específicas. Dessa forma, a partir das irregularidades reportadas associadas com fraude no fornecimento de bens e serviços, desvio de recursos públicos para benefício privado e superfaturamento, é possível calcular a quantidade de dinheiro corrompido durante a gestão (Ferraz e Finan, 2011). Uma vez que todos os municípios operam sob o mesmo arranjo institucional, somos capazes de analisar esse fenômeno protegidos dos problemas resultantes das diferenças entre o sistema institucional que são muito comuns em estudos de *cross-national* sobre a corrupção. Os sorteios selecionam 60 municípios que receberão a visita de uma equipe de auditores da CGU que revisam o destino dos repasses federais para estes municípios durante aproximadamente uma semana. A princípio, as auditorias focavam os repasses destinados à saúde e educação, entretanto, o escopo foi expandido posteriormente, abarcando as transferências destinadas a outras áreas.

Como pensamos que é importante aprofundar nos mecanismos argumentados como determinantes para entender a punição eleitoral em Ferraz e Finan (2008), utilizamos um banco de dados produzidos pelos mesmos autores para o artigo "Electoral Accountability and Corruption: Evidence from the Audits of Local Governments" que foram publicados no número 101 da *American Economic Review* (AER) em 2011². O Gráfico 1 mostra a distribuição das visitas por mês no banco de dados que será utilizado nesta pesquisa.

² A política do *American Economic Review* obriga os autores a fornecer os dados e as rotinas para reproduzir todas as tabelas nos artigos publicados por este periódico científico. Os dados foram extraídos do site do jornal.

Gráfico 1. O ciclo eleitoral dos prefeitos auditados e a quantidade de municípios brasileiros na amostra de Ferraz e Finan extraídos das auditorias das visitas pela CGU por mês entre 2003 e 2004

Fonte: Elaboração própria

Utilizando os dados da AER, pretendemos explorar o argumento dos autores exposto no artigo “Exposing corrupt politicians: The effects of Brazil’s publicly released audits on electoral outcomes”, publicado no Vol. 123(2) do *Quarterly Journal of Economics* (*QJE*) em 2008.³ Em função da indisponibilidade dos dados do trabalho de 2008, utilizaremos o banco de dados do trabalho da AER, que possui uma amostra menor, mas foi coletado de forma semelhante e tem variáveis que foram codificados pelos mesmos autores. O banco original foi solicitado aos autores, mas não obtivemos retorno, então foi decidido que devido à falta de resposta ainda seria interessante tentar testar o argumento a partir de outro banco elaborado pelos mesmos autores.

³ Esta escolha é necessária porque não existe um banco de dados público disponível para o artigo publicado no QJE pelos mesmos autores em 2008.

Gráfico 2. Número de municípios sorteados por mês de julho de 2003 a junho de 2005

Fonte: Ferraz e Finan (2008)

O Gráfico 2 sumariza a disposição dos dados utilizados pelos autores no artigo do QJE. Nele percebe-se claramente dois grupos, um de municípios auditados antes do processo eleitoral e outro de municípios auditados após o processo eleitoral. Essa distinção é importante porque estabelece um grupo de controle e um grupo de tratamento para a análise. Obviamente, o fato de não estarmos trabalhando com o mesmo banco de dados e com o mesmo número de casos, nos impede de fazer uma replicação dos resultados do trabalho publicado no QJE e testar os resultados dos mesmos. Mas, mesmo que a amostra com a qual estamos trabalho seja menor – o trabalho do QJE possui uma amostra de 373 municípios com prefeitos em primeiro mandato e destes 263 que

concorreram à reeleição, enquanto o trabalho publicado na AER possui uma amostra de 476 municípios; destes, 270 possuem prefeitos que foram eleitos ao primeiro mandato em 2000, e, desses 270, 149 concorreram à reeleição em 2004—, a coincidência das variáveis presentes nos modelos de ambos os trabalhos e o fato de a nossa amostra ser uma amostra do *paper* do QJE, permite que trabalhemos em cima dos achados dos autores, procurando ampliar os resultados dos mesmos ao incorporar nossas variáveis à análise.

A partir desses pressupostos, sugerimos as seguintes hipóteses:

H1: Municípios reportados a ter corrupção pela auditoria da CGU estão associados a ter maiores chances de derrota eleitoral do prefeito concorrendo para reeleição.

H2: Municípios reportados a ter corrupção pela auditoria da CGU com divulgação da auditoria durante o período eleitoral têm maiores chances de derrota eleitoral do prefeito concorrendo para reeleição.

H3: A performance eleitoral do prefeito concorrendo para reeleição com corrupção divulgada no período eleitoral é pior em municípios com maior competição política local.

Modelo Empírico

Tal como argumentado por Ferraz e Finan (2008) a variável dependente a ser testada é uma medida dicotômica onde os casos positivos (com valor correspondente a 1) são

casos nos quais o prefeito incumbente (eleito no pleito de 2000) que concorreu na eleição de 2004 para reeleição foi eleito. Os casos com valor “0” equivalem aos casos em que não houve reeleição. Também utilizamos as variáveis da porcentagem de votos recebidos pelo vencedor e a margem de vitória em 2004 para realizar testes de robustez de nossos resultados.

O modelo multivariado testado por Ferraz e Finan (2008) pode ser resumido como:

$$E_{ms} = \alpha + \beta_0 C_{ms} + \beta_1 A_{ms} + \beta_2 (A_{ms} \times C_{ms}) + \gamma X_{ms} + v_s + \epsilon_{ms} \quad (1).$$

Em que E_{ms} é a performance eleitoral do incumbente, C_{ms} é o número de irregularidades detectados na auditoria, A_{ms} é uma variável que codifica os casos onde as auditorias ocorreram antes da eleição, X_{ms} é um vetor de características do município (porcentagem da população que não é analfabeta, densidade da população, número efetivo de partidos na eleição de 2000, etc.) e do prefeito (sexo, afiliação partidária, idade, etc.) e v é uma variável de controle para os efeitos fixos dos estados. Em seguida, este modelo é testado levando em conta a influência da mídia, M_{ms} , mensurada pelo número de estações de rádios AM no município. Este segundo modelo é:

$$E_{ms} = \alpha + \beta_0 C_{ms} + \beta_1 A_{ms} + \beta_2 M_{ms} + \beta_3 (A_{ms} \times M_{ms}) + \beta_4 (A_{ms} \times C_{ms}) + \beta_5 (M_{ms} \times C_{ms}) + \beta_6 (M_{ms} \times C_{ms} \times A_{ms}) + \gamma X_{ms} + v_s + \epsilon_{ms} \quad (2).$$

Como o banco disponibilizado por Ferraz e Finan no artigo do ERA contém apenas os casos em que as auditorias ocorreram antes da eleição, não é possível replicar os resultados destes dois modelos. Porém, os dados disponibilizados nos permitem classificar todos os casos onde a auditoria foi realizada antes da eleição de 2004 em três grupos levando em consideração a publicação dos relatórios, lembrando que o mecanismo causal identificado é que a informação influencia o voto do eleitor. O critério para classificar os casos é o ano eleitoral, considerando que o período pré-eleitoral corresponde ao período anterior a 2004 e o período pós-eleitoral é o período após a eleição de outubro de 2004. Dos três grupos, o primeiro grupo é referente a cidades cuja divulgação dos relatórios ocorreu antes do ano eleitoral (91 casos). O segundo grupo é referente aos municípios cujos relatórios foram publicados durante período eleitoral de 2004 (111 casos). Finalmente, o grupo pós-eleitoral corresponde às cidades cujos relatórios somente foram divulgados após a eleição de 2004 (68 casos).

Levando em conta este critério de diferenciar os casos, estimamos um modelo que estuda como a performance eleitoral dos prefeitos é influenciada pelo calendário eleitoral e a competição política. Especificamente, pretendemos incorporar de uma forma mais precisa a função do nível de corrupção detectado pela auditoria da CGU as variáveis que mensuram o impacto da competição política. Assim, propomos testar o seguinte modelo em um primeiro estágio, que incorpora a variável $Elec_{ms}$ referente ao período temporal em que ocorreu a auditoria:

$$E_{ms} = \alpha + \beta_0 C_{ms} + \beta_1 Elec_{ms} + \beta_2 P_{ms} + \beta_3 (Elec_{ms} \times C_{ms}) + \gamma X_{ms} + v_s + \epsilon_{ms} \quad (1)$$

Neste modelo, a principal variável dependente é C_{ms} , o nível de corrupção, utilizamos a classificação de Ferraz e Finan (2010) a partir dos resultados dos relatórios da CGU. Os autores classificam como corrupção todas as irregularidades destacadas pelos auditores que estejam associadas a: 1) fraude na aquisição de bens e serviços públicos; 2) desvio de recursos públicos para benefício privado; e 3) superfaturamento de bens de serviços (Ferraz e Finan, 2011). A partir desta classificação, é possível calcular a quantidade de recursos desviados por corrupção bem como a percentagem de recursos desviados em relação ao total de recursos auditados. Dessa forma, a quantidade média de Ordens de Serviço em que foram detectadas irregularidades relacionadas com corrupção foi de 1,76 OS por município. Se nos restringirmos apenas aos municípios em que foi detectada corrupção pelos auditores, a média de OSs relacionadas a tais desvios é de 2,3 por município.

Para calcular P_{ms} , a competição política, utilizamos duas variáveis. Uma é a margem de vitória do vencedor da eleição, medida pela diferença entre o percentual de votos do primeiro para o segundo colocado na eleição em 2004. Quanto menor a diferença, maior a competição naquela eleição. A segunda é a quantidade de candidatos no pleito de 2004. Embora esta variável não capte o resultado final do pleito, uma vez que a quantidade de candidatos por si não seja um indicador de que a disputa teve mais de dois candidatos com chances reais de vitória, ela pode ser um indicador de enfraquecimento da capacidade do incumbente em manter sua base política de apoio. Nesse sentido, com a administração municipal fragilizada por denúncias de corrupção,

outros atores se sentiriam incentivados a lançar candidatura, mesmo que tais atores façam parte da base de apoio ao prefeito. Este pressuposto encontra fundamento na literatura sobre a dinâmica da competição eleitoral e da corrupção na América Latina, como atesta Balán (2005) em análise sobre o papel de aliados em trazer à tona denúncias de corrupção na Argentina e no Chile.

Mensuramos o período eleitoral, $Elec_{ms}$ como uma variável dummy que codifica os casos como positivos se foram divulgados no período eleitoral. Como já foi mencionado, esta medida é diferente de Ferraz e Finan (2008) que classificam os municípios em casos pré e pós 2004. Em nosso caso, definimos o período eleitoral como unicamente os casos auditados e divulgados em 2004, até o dia 03 de outubro daquele ano, dia da eleição municipal. O período pré-eleitoral é definido como os casos em que os resultados das auditorias foi divulgado durante o ano de 2003, anterior, portanto, ao ano da eleição. Por fim, o período pós-eleitoral foi definido a partir dos casos cujos resultados da auditoria só foram divulgados depois da eleição municipal de 2004. A Tabela 1 apresenta as características principais destes três tipos de casos.

Análise Descritiva

Estatísticas descritivas básicas para a nossa amostra são desenvolvidas nas tabelas seguintes. Estas estatísticas e a análise subsequente dos dados se referem a uma amostra de 270 municípios auditados pela Controladoria Geral da União (CGU) nos anos de

2003 e 2004. Em comum, todos estes municípios eram governados por prefeitos que estavam em primeiro mandato, habilitados, portanto, a concorrer à reeleição em 2004.

Tabela.1 Análise descritiva dos municípios de acordo com a ordem dos sorteios (em destaque, os municípios cujos resultados da auditoria foi divulgado durante o período eleitoral)

Sorteio	Quantidade média de candidatos na eleição	Data de Divulgação do <i>Press Release</i>	% votos do vencedor da eleição de 2004 (média)	N	Distância média da Visita-Publicação do Press Release	Distância média da Publicação do Press Release-Eleição	Distância média Visita-Eleição	% de OS com Corrupção (média)	Média de OS com Corrupção	% Não-reeleito (média)	% Concorreram a reeleição (média)	% reeleito (média)	Classificação Eleitoral
1 ⁴													Período pré-eleitoral
2	2,78	04/07/03	51,13%	14	41	457	498,29	1,27%	1	57,14%	64,29%	66,67%	Período pré-eleitoral
3	3,32	03/09/03	50,81%	25	61	396	456,68	1,76%	1,24	72,00%	68,00%	41,18%	Período pré-eleitoral
4	2,64	17/10/03	56,18%	25	64	352	415,96	3,25%	1,6	52,00%	76,00%	63,16%	Período pré-eleitoral
5	2,85	19/12/03	55,38%	27	90	289	379,44	5,16%	1,74	70,37%	55,56%	53,33%	Período pré-eleitoral
6	2,7	12/02/04	53,04%	27	101	234	334,92	4,74%	1,33	44,44%	59,26%	93,75%	Período eleitoral
7	2,96	27/04/04	53,03%	27	151	159	310	4,49%	1,15	51,85%	48,15%	100,00%	Período eleitoral
8	2,76	11/08/04	53,46%	27	112	53	164,77	6,49%	2,07	59,26%	40,74%	100,00%	Período eleitoral
9	3	27/09/04	53,21%	30	130	6	136,2	5,74%	2	73,33%	30,00%	88,89%	Período eleitoral
10	2,76	22/11/04	52,51%	30	157	-50	107,16	7,18%	2,33	63,33%	36,67%	100,00%	Período pós-eleitoral
11	2,81	12/01/05	56,02%	38	172	-101	70,76	6,43%	2,39	57,89%	76,32%	55,17%	Período pós-eleitoral

Fonte: Elaboração própria

⁴ No primeiro sorteio, foram selecionados apenas cinco municípios, razão pela qual acreditamos que os autores não incluíram nenhum município desta rodada no banco de dados.

Além de oferecer uma visão inicial sobre a disposição temporal das auditorias em relação à data da eleição e também aos resultados expostos pelos relatórios, a Tabela 1 permite que verifiquemos algumas diferenças existentes entre os grupos sorteados. Alguns resultados expostos na tabela sugerem indícios intrigantes, não apenas sobre os efeitos das auditorias nos municípios fiscalizados, mas também sobre o próprio processo de auditoria. A distância temporal entre o início da auditoria e a data de divulgação dos resultados da fiscalização, por exemplo, aumenta sobremaneira ao longo dos sorteios, de um intervalo de pouco mais de um mês no segundo sorteio para quase seis meses no décimo primeiro sorteio. Outro resultado que chama à atenção é o movimento de queda na recandidatura de prefeitos verificada a partir do sorteio 7 e que permanece até o sorteio 10, com uma preponderância maior de prefeitos que desistiram de concorrer a um novo mandato justamente no grupo de municípios cujos os relatórios foram divulgados no momento mais próximo da eleição; e onde a visita dos auditores coincidiu exatamente no início oficial da campanha eleitoral.

A proporção de prefeitos não-reeleitos é relativamente alta, quase sempre maior do que a de prefeitos que conseguiram se reeleger, isto também é reportado no estudo de Ferraz e Finan (2008). Os autores afirmam que, a princípio, isto poderia indicar um descompasso do Brasil em relação ao que a literatura internacional comumente associa ao efeito incumbente: candidatos à reeleição normalmente largam em vantagem em relação a seus concorrentes. Porém, se levarmos em conta apenas os casos em que os prefeitos, de fato, concorreram à reeleição, a taxa média de reeleição sobre para aproximadamente 72,5%, indicando um efeito forte do cargo sobre a eleição. Este

resultado é maior do que o verificado por Ferraz e Finan (2008), que apresentam uma taxa de reeleição de 59% entre os prefeitos que concorreram à reeleição.

Em tese, não deveria ser muito difícil ser reeleito no Brasil, além do controle sobre a máquina pública, em 99,9% dos municípios brasileiros, as eleições para prefeito são eleições majoritárias simples, em que o candidato mais votado vence, sem segundo turno. Dessa forma, basta uma maioria simples para conseguir vencer a eleição. Apesar disso, a média de candidatos nessas eleições é próxima de três (2,86), o que faz com que a média de votação dos vencedores seja muito próxima de 50% (53,68%), percentagem necessária para uma vitória em segundo turno. Isto indica que, embora as eleições possuíssem em sua maioria, mais de dois candidatos, provavelmente, apenas dois se apresentavam competitivos o suficiente. Produto da própria dinâmica de competição sob a regra majoritária de eleição, estes resultados estão em linha com os pressupostos da Lei de Duverger (1980) e os estudos de Cox (1997) sobre os efeitos da regra majoritária sobre o sistema partidário. Reduzindo a entrada de novos candidatos, resultando em eleições com dois grupos competitivos e forçando o voto em torno desses dois grupos.

Por sua vez, a porcentagem de prefeitos que concorrem à reeleição muda sobremaneira na medida em que a divulgação das auditorias se aproxima do período eleitoral. É possível verificar uma média muito maior de prefeitos se candidatando à reeleição naquelas cidades cujo relatório foi publicado em 2003, do que naquelas em que os resultados vieram à tona durante o ano eleitoral. Analisados o valor médio de corrupção,

verifica-se também que valores acima da média total parecem estar associados a maior desistência dos prefeitos em concorrer a um novo mandato. Duas hipóteses podem emergir deste quadro: 1) campanhas eleitorais custam caro, ao vislumbrar uma iminente derrota causada pelo desgaste resultante das denúncias de corrupção, o prefeito pode desistir de se candidatar. 2) em vista do desgaste da administração, os partidos podem impedir os prefeitos de se candidatarem novamente, tentando entrar em outras coalizões a fim de manter-se no governo, mesmo que não no comando da administração.

Para aprofundar os achados mais importantes da Tabela 1, nas tabelas subsequentes agregamos os municípios sorteados em três grupos de acordo com a data de divulgação dos seus relatórios: Pré-eleitoral, para os municípios cujos relatórios foram divulgados no ano de 2003; eleitoral, para os municípios cujos relatórios foram divulgados no de 2004, antes da data da eleição; e pós-eleitoral, para os municípios cujos relatórios foram divulgados após as eleições de 2004. É importante destacar que esta divisão diz respeito à divulgação dos resultados das auditorias, não ao período em que as auditorias foram realizadas em si, este período é destacado na variável de distância temporal entre a visita dos auditores e a eleição. Dessa forma, é importante destacar que, na nossa amostra, todos os municípios foram auditados antes da eleição de 2004.

Tabela 2 Análise descritiva dos municípios em que foi detectado corrupção classificados pelo período em que o resultado da auditoria foi divulgado

Período de divulgação dos relatórios	Quantidade média de candidatos na eleição	Margem de vitória	Número de Municípios Sorteados	Distância média da Visita-Publicação do Press Release	Distância média da Publicação do Press Release-Eleição	Distância média Visita-Eleição	Porcentagem de OS com Corrupção (média)	Média de OS com Corrupção	% Não-reeleito (média)	% Concorreu a reeleição (média)	% reeleito (média)
Pré-eleitoral	2,926	14,00%	68	68	358	426,41	4,159%	1,94	67,65%	61,76%	52,38%
Eleitoral	2,73	14,75%	76	124	97	220,67	7,860%	2,6	63,16%	38,16%	96,55%
Pós-eleitoral	2,82	17,62%	63	165	-78	86,66	7,301%	2,48	60,32%	58,73%	67,57%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 Análise descritiva dos municípios em que não foi detectado corrupção classificados pelo período em que o resultado da auditoria foi divulgado

Período de divulgação dos relatórios	Quantidade média de candidatos na eleição	Margem de vitória	Número de Municípios Sorteados	Distância média da Visita-Publicação do Press Release	Distância média da Publicação do Press Release-Eleição	Distância média Visita-Eleição	Porcentagem de OS com Corrupção (média)	Média de OS com Corrupção	% Não-reeleito (média)	% Concorreram a reeleição	% reeleito (média)
Pré-eleitoral	2,86	18,97%	23	65	372	436,56	0	0	52,17%	78,26%	61,11%
Eleitoral	3,14	14,93%	35	124	139	262,2	0	0	45,71%	57,14%	95,00%
Pós-eleitoral	2,4	17,62%	5	169	-81	88,8	0	0	60,00%	60,00%	66,67%

Fonte: Elaboração própria

As próximas duas tabelas sumarizam os resultados referentes ao desempenho dos prefeitos em cujas gestões foram encontradas evidências de corrupção (Tabela 2) e daqueles em que não foram encontradas (Tabela 3) evidências de corrupção. Isto permite que possamos comparar os dois resultados, os quais apresentam diferenças significativas sob alguns aspectos. A uma primeira vista, podemos verificar que, em relação aos prefeitos que tiveram os resultados das auditorias divulgados após a eleição, a diferença em relação à decisão de se candidatar à reeleição em si é praticamente insignificante entre os dois grupos, como atesta o coeficiente de significância de 96.6% para o teste de diferença entre os dois grupos. Entretanto, tanto entre aqueles que tiveram os resultados divulgados antes e durante o período eleitoral, principalmente o segundo grupo, os resultados se apresentam de forma bastante distinta, principalmente em relação à porcentagem da amostra que concorreu à reeleição e a porcentagem do total que foi reeleito – as taxas de reeleição são semelhantes.

No grupo dos que foram auditados antes do período eleitoral, é possível verificar diferenças nas três variáveis relativas às eleições - na porcentagem do que não foram reeleitos, na dos que saíram candidatos e na dos que conseguiram se reeleger. Em relação aos não-reeleitos, é possível verificar que a porcentagem do total nos grupos se difere bastante, com uma presença maior de prefeitos não reeleitos no grupo dos prefeitos corruptos. Aqui a explicação dos autores que afirmam que a reeleição é um instrumento de *accountability* parece fazer sentido, uma vez que os eleitores estariam punindo os prefeitos corruptos por suas más administrações. A segunda variável, que indica a porcentagem de prefeitos no grupo que concorreu à reeleição, também apresenta diferença. Cabe uma comparação não apenas com o mesmo período dentro do

grupo dos prefeitos não-corruptos, mas também uma comparação dentro do próprio grupo dos prefeitos corruptos.

Em relação aos não-corruptos, a diferença parece se explicar devido às próprias chances de reeleição, a ser confirmada a lisura da administração municipal pelos auditores da CGU, a auditoria funciona como atestado de bom comportamento a ser utilizado como arma eleitoral, isso explicaria porque quase 80% dos prefeitos não-corruptos se candidataram à reeleição. Por seu turno, analisando a diferença do grupo dos corruptos auditados antes do período eleitoral com os demais, vemos que a percentagem daqueles que concorreram a um novo mandato é maior. Aqui cabe uma hipótese aventada por este trabalho, de que o tempo é um fator importante a explicar porque esses prefeitos decidem se arriscar a um novo escrutínio. O momento da auditoria coincidiu, nestes casos, com pouco mais da metade dos seus mandatos, é possível que, diante desta leitura, os prefeitos decidam se recandidatar pelo simples fato de que eles têm tempo pela frente para reagir às denúncias destacadas pela auditoria. Tempo esse que pode ser empregado com aumento de gastos sociais, ou cooptação de novos aliados (Brollo, 2008).

A despeito deste diagnóstico, os prefeitos corruptos do grupo pré-eleitoral, tem a menor taxa de reeleição dentro do grupo dos corruptos. Pode-se afirmar, portanto, que devido ao tempo longínquo, os prefeitos paguem pela aposta da candidatura. Se verificarmos os outros grupos dentro dos prefeitos corruptos, vemos que um comportamento totalmente oposto tomou os prefeitos cujos resultados das auditorias saíram dentro do período eleitoral. Há uma desistência acentuada deles em concorrer à reeleição. Embora, dos

que concorrem, quase todos sejam bem sucedidos. Isso nos leva a crer que enfrentar a divulgação de atos de corrupção no mandato durante o período eleitoral aumenta a aversão ao risco desses prefeitos, que acabam optando, ou sendo forçados por seus partidos, a não se candidatar à reeleição. Isso fica mais evidente ao notarmos que o padrão do grupo pós-eleitoral é muito semelhante ao do grupo pré-eleitoral.

Chama a atenção na comparação entre os prefeitos corruptos que foram reeleitos e aqueles que concorreram à reeleição, mas não foram reeleitos, as diferenças na quantidade de candidatos na eleição e na margem de vitória do vencedor, o que indica um acirramento mais acentuado da disputa no grupo não-reeleito. Como é possível verificar nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 Prefeitos corruptos reeleitos

Período de divulgação dos relatórios	Quantidade média de candidatos na eleição	Margem de vitória	Número de Municípios Sorteados	Distância média da Visita-Publicação do Press Release	Distância média da Publicação do Press Release-Eleição	Distância média Visita-Eleição	Porcentagem de OS com Corrupção (média)	Média de OS com Corrupção
Pré-eleitoral	2,54	15,00%	22	68	354	422,45	4,095%	1,95
Eleitoral	2,4	17,46%	28	122	115	236,39	6,219%	1,96
Pós-eleitoral	2,8	19,52%	25	164	-81	83,2	6,907%	2,28

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5 Prefeitos corruptos que concorreram à reeleição mas não foram reeleitos

Período de divulgação dos relatórios	Quantidade média de candidatos na eleição	Margem de vitória	Número de Municípios Sorteados	Distância média da Visita-Publicação do Press Release	Distância média da Publicação do Press Release-Eleição	Distância média Visita-Eleição	Porcentagem de OS com Corrupção (média)	Média de OS com Corrupção
Pré-eleitoral	3,2	12,08%	20	67	362	429,6	8,909%	2,15
Eleitoral	4	1,12%	1	97	234	331	5,128%	2
Pós-eleitoral	3	11,77%	12	175	-101	73,75	8,332%	3,16

Fonte: Elaboração própria

Embora não seja possível comparar o nível de corrupção em relação ao período eleitoral devido à existência de apenas um caso de prefeito que concorreu à reeleição e não conseguiu ser reeleito e deste caso não reportar o valor corrompido, uma comparação entre os grupos pré e pós-eleitoral traz à tona questões interessantes. Os valores relativos à corrupção se diferenciam bastante nos dois grupos, a quantidade de dinheiro desviado é mais que o dobro. Isso pode explicar porque, a despeito de a auditoria ter sido realizada tão longe da eleição no primeiro caso e de o relatório só ter sido divulgado depois da eleição no segundo caso, esses prefeitos não tenham conseguido se reeleger.

Como advogamos neste trabalho, o processo de auditoria, em que os auditores entrevistam cidadãos, conversam com os conselhos municipais, visitam equipamentos públicos, mobiliza a sociedade, é por si uma fonte de informação. Essas auditorias mexem com a rotina da cidade e por meio delas os cidadãos podem canalizar insatisfações com a administração municipal – é sempre importante lembrar, a média populacional das cidades que foram sorteadas é de aproximadamente 25 mil habitantes, é razoável supormos que as pessoas tomem conhecimento de um grupo de auditores que visita escolas para saber se a merenda está sendo fornecida adequadamente, ou um posto de saúde para saber se os remédios estão sendo entregues à população. Neste sentido, o tipo de gasto auditado tem impacto direto em serviços públicos essenciais como educação e saúde. E o fato de os prefeitos corruptos não-reeleitos terem uma quantidade de dinheiro desviado muito maior que os prefeitos corruptos reeleitos pode ser um indicativo de que nas cidades em que o prefeito corrupto não conseguiu obter um novo mandato, o impacto da corrupção sobre a provisão desses serviços pode ter sido maior do que nas cidades em que os prefeitos corruptos conseguiram se reeleger.

RESULTADOS

Efeitos médios da data de divulgação dos relatórios sobre o desempenho eleitoral

Os resultados apresentados na seção anterior ofereceram algumas evidências sugerindo que múltiplos fatores contribuem para a reeleição ou não reeleição do prefeito. Para poder avaliar a contribuição de cada um destes fatores de uma forma mais precisa, testamos as hipóteses levantadas com um modelo multivariado de OLS, o mesmo modelo utilizado pelo Ferraz e Finan (2008). O modelo OLS é mais adequados para os nossos propósitos pois, além de permitir que avaliemos o modo como cada uma das variáveis se relaciona o fenômeno que pretendemos compreender, ele também possibilita que tracemos o mesmo caminho que Ferraz e Finan (2008). Embora nossa análise se baseie num banco de dados distinto daquele utilizado pelos autores, através do modelo OLS podemos incorporar variáveis codificadas da mesma forma, e verificar o efeito de novas variáveis, que acreditamos poderem explicar melhor o resultado eleitoral. Dessa forma, iniciamos nossa discussão com um resumo das previsões dos resultados esperados de nossos testes de hipóteses comparando as previsões de Ferraz e Finan com nossas hipóteses.

Tabela 6 Comparação entre os efeitos esperados das principais variáveis explicativas testadas nos dois estudos

Variáveis explicativas do nosso modelo	Variáveis explicativas de Ferraz e Finan (2008)	Efeito esperado sobre reeleição do prefeito
Relatório no período eleitoral	Auditoria pré-eleição	Negativo
Nº de OS com corrupção	Nº de OS com corrupção	Negativo
Quantidade de candidatos	Nº de estações de rádio	Negativo
% de votos do vencedor da eleição de 2004		Positivo

Margem de vitória		Positivo
-------------------	--	----------

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 6 sumariza os efeitos esperados das principais variáveis explicativas do nosso estudo em comparação com o de Ferraz e Finan (2008). De modo geral, podemos afirmar que o efeito da variável temporal se assemelha nos dois estudos, com a diferença que propomos medir essa variável de uma forma diferente. A diferença refere-se ao fenômeno utilizado para medir o tempo, Ferraz e Finan (2008) utilizam a auditoria, nós estamos mais interessados no efeito dos achados da auditoria, por isso, focamos na data de divulgação do relatório. Do mesmo modo, os autores codificam o tempo avaliando se o município foi auditado antes ou após a eleição, tendo sido antes, o efeito é negativo sobre as chances de reeleição do prefeito. Nós dividimos o tempo em três variáveis relativas ao período em que o relatório foi publicado: se o relatório foi publicado no ano anterior ao ano eleitoral, foi classificada como pré-eleitoral e tem um efeito esperado negativo sobre a performance eleitoral do prefeito. Se o relatório foi publicado durante o ano eleitoral, classificamos como período eleitoral e espera-se que o efeito sobre a votação do prefeito seja negativa e mais forte do que no grupo pré-eleitoral. Por fim, se o relatório foi publicado após as eleições, classificamos como período pós-eleitoral e esperamos que não tenha efeito sobre a eleição.

Com relação à variável de nível de corrupção, assim como Ferraz e Finan (2008), cremos que ela possui um efeito negativo sobre a votação do prefeito. Quanto maior o nível de corrupção, menores as chances de reeleição do prefeito. A nossa variável de quantidade de candidatos, está relacionada à competição eleitoral, acreditamos que prefeitos desgastados fazem com que atores novos entrem na disputa, sinalizando uma

corrida mais acirrada. Por isso o efeito negativo esperado sobre as chances de reeleição. Ferraz e Finan (2008), por sua vez, depositam esperança no fato de que as rádios locais propagam informações sobre o resultado das auditorias, assim, elas fariam as pessoas descobrirem os desvios dos prefeitos e possuiriam um efeito negativo sobre as chances de reeleição. As duas últimas variáveis do nosso modelo também são variáveis de competição eleitoral, tanto a porcentagem de votos do vencedor quanto a margem de vitória indicam se o vencedor teve mais ou menos dificuldade em vencer eleição, sinalizando se a competição foi mais ou menos acirrada. Dessa forma, margens de vitória mais folgadas e porcentagens mais altas de votos para o vencedor indicam eleições menos competitivas. Como acreditamos que a competição tem um efeito negativo sobre as chances de reeleição, logo, essas duas variáveis têm efeito esperado positivo sobre as chances de reeleição.

Agora, passamos para discutir as estimativas dos efeitos médios do período de divulgação dos resultados das auditorias sobre os resultados eleitorais dos prefeitos auditados.

As tabelas 7, 8 e 9 apresentam os resultados das regressões OLS para um modelo baseado no modelo inicial de Ferraz e Finan (2008), em que os autores analisam o efeito da data da auditoria sobre o resultado eleitoral do prefeito. Diferentemente, dos autores, estimamos a variável temporal a partir da publicação do relatório. Dessa forma, calculamos o efeito levando em conta três períodos de tempo distintos, se a divulgação do relatório ocorreu antes, durante ou depois do período eleitoral. As três tabelas referem, portanto, ao mesmo modelo, levando em conta que a diferença entre elas restringe-se ao período de tempo cujo efeito tentamos estimar. A especificação da

coluna (1) nas três tabelas estima os efeitos da divulgação do relatório sobre a probabilidade do prefeito ser reeleito, controlando apenas pelos efeitos fixos dos estados⁵. A coluna (2) reproduz as especificações da coluna (1), porém acrescentamos características dos municípios e dos prefeitos como controle. As regressões apresentadas nas colunas (3), (4) e (5) estimam os efeitos do período de divulgação com as variáveis de quantidade de corrupção, medida pelo número de ordens de serviço em que foi constatada corrupção, e com variáveis de competição eleitoral, como margem de vitória – calculada pela diferença da porcentagem de votos do primeiro para o segundo colocado na eleição de 2004 –, e a porcentagem de votos do vencedor da eleição de 2004. Nessas três colunas, a amostra está restrita apenas àqueles prefeitos que concorreram à reeleição.

Tabela 7. A contribuição da corrupção e a divulgação no período pré-eleitoral

Todos os prefeitos			Apenas prefeitos que concorreram à reeleição		
Variável Dependente: Reeleito em 2004					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Período pré-eleitoral	-0.0653 (-1.00)	-0.0813 (-1.30)	-0.284** (-3.29)	-0.277** (-3.32)	-0.278** (-3.22)
Nº corrupção		-0.0599** (-2.64)	-0.0506 (-1.58)	-0.0513 (-1.66)	-0.0522 (-1.63)
% votos do vencedor				0.00147** (2.83)	
Margem de vitória					0.251 (1.11)
_cons	0.0163 (0.07)	1.506*** (4.06)	2.130*** (3.62)	1.603** (2.68)	2.046*** (3.45)
R²	0.09	0.33	0.43	0.47	0.44
Efeitos fixos dos estados	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Características	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

⁵ Boa parte das análises em ciências sociais que utilizam variáveis binárias costuma recorrer a modelos de probit ou logit. Entretanto, a literatura tem reportado a superioridade na utilização de efeitos fixos em modelos OLS para estimar os efeitos desse tipo de variáveis (Beck, 2015).

as dos prefeitos					
Característic	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
as dos municípios					
<i>N</i>	270	270	149	149	149

Nota: Esta tabela reporta os efeitos do período em que o resultado da auditoria é divulgado sobre a performance eleitoral do prefeito incumbente. Cada coluna apresenta os resultados de uma regressão OLS da variáveis dependente listadas nesta coluna (Reeleito) sobre uma variável que indica o período de divulgação do relatório. Exceto pela coluna (1), todos os modelos incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. As colunas (1) e (2), incluem todos os prefeitos em primeiro mandato, as colunas (3), (4) e (5), apenas aqueles que concorreram à reeleição. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses *t* statistics in parentheses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela 8. A contribuição da corrupção e a divulgação no período eleitoral

Todos os prefeitos			Apenas prefeitos que concorreram à reeleição		
Variável Dependente: Reeleito em 2004					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Período eleitoral	0.0579 (0.93)	0.0639 (1.04)	0.311*** (3.41)	0.296** (3.34)	0.318*** (3.50)
Nº corrupção		-0.0557* (-2.46)	-0.0189 (-0.59)	-0.0207 (-0.67)	-0.0211 (-0.66)
% votos				0.00142** (2.72)	
Margem de vitória					0.338 (1.50)
_cons	0.236 (0.96)	1.419*** (3.85)	1.655** (2.72)	1.174 (1.90)	1.526* (2.49)
R²	0.33	0.33	0.43	0.47	0.44
Efeitos fixos dos estados	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Características dos prefeitos	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Características dos municípios	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
N	270	270	149	149	149

Nota: Esta tabela reporta os efeitos do período em que o resultado da auditoria é divulgado sobre a performance eleitoral do prefeito incumbente. Cada coluna apresenta os resultados de uma regressão OLS da variáveis dependente listadas nesta coluna (Reeleito) sobre uma variável que indica o período de divulgação do relatório. Exceto pela coluna (1), todos os modelos incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. As colunas (1) e (2), incluem todos os prefeitos em primeiro mandato, as colunas (3), (4) e (5), apenas aqueles que concorreram à reeleição. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses *t* statistics in parentheses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela 9. A contribuição da corrupção e a divulgação no período pós-eleitoral

Todos os prefeitos		Apenas prefeitos que concorreram à reeleição			
Variável Dependente: Reeleito em 2004					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Pós-eleitoral	0.00223 (0.03)	0.0190 (0.27)	0.00961 (0.09)	0.0180 (0.18)	-0.00633 (-0.06)
Nº corrupção		-0.0586* (-2.55)	-0.0370 (-1.05)	-0.0390 (-1.15)	-0.0376 (-1.07)
% votos vencedor				0.00153** (2.79)	
Margem de vitória					0.299 (1.25)
_cons	0.749** (3.03)	1.441*** (3.91)	2.242*** (3.61)	1.697** (2.69)	2.131*** (3.41)
R²	0.09	0.33	0.37	0.41	0.38
Efeitos fixos dos estados	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Característic as dos prefeitos	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Característic as dos municípios	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
N	270	270	149	149	149

Nota: Esta tabela reporta os efeitos do período em que o resultado da auditoria é divulgado sobre a performance eleitoral do prefeito incumbente. Cada coluna apresenta os resultados de uma regressão OLS da variáveis dependente listadas nesta coluna (Reeleito) sobre uma variável que indica o período de divulgação do relatório. Exceto pela coluna (1), todos os modelos incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. As colunas (1) e (2), incluem todos os prefeitos em primeiro mandato, as colunas (3), (4) e (5), apenas aqueles que concorreram à reeleição. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Analisando os resultados das tabelas 7, 8 e 9 podemos identificar efeitos distintos a depender do período em que foi divulgado o relatório da auditoria. Nos três casos, o efeito do período de divulgação sobre as chances de reeleição do prefeito não é significativo se levarmos em conta todos os casos. Entretanto, se restringirmos a análise

apenas aos prefeitos que concorreram à reeleição, verificamos não apenas efeitos significativos, mas distintos a depender do período em que o resultado da auditoria foi divulgado. Para os casos auditados no período pré-eleitoral, o período teve um impacto negativo sobre a performance eleitoral dos prefeitos, se levarmos em conta apenas aqueles que concorreram à reeleição. Esse impacto é significativo em todos os três modelos ao nível de 1 por cento, com impacto de -0.277 quando controlado pela porcentagem de voto do vencedor da eleição – também está com efeito significativo ao nível de 1 por cento – e -0.278 quando controlado pela margem de vitória. Por seu turno, o período eleitoral tem um efeito distinto e mais significativo. Controlado pela porcentagem de votos do vencedor, o efeito possui coeficiente e significância semelhantes ao período pré-eleitoral, porém, com sinal oposto, o indica um efeito contrário, positivo, sobre as chances de reeleição. Quando controlado pela margem de vitória, o efeito do coeficiente do período eleitoral sobre as chances de reeleição aumenta em 7% e se torna significativo ao nível de 0.1 por cento.

Chama à atenção o resultado contraintuitivo desses achados. A levar em conta a literatura e as nossas hipóteses, era esperando que o efeito do período eleitoral sobre a performance eleitoral dos prefeitos fosse negativo e mais forte do que no período pré-eleitoral. Este efeito não só não é mais forte, como é positivo. O que indica que ter o relatório publicado durante o período eleitoral aumentou as chances de reeleição desses prefeitos. A quantidade de corrupção possui efeito igual nos dois casos – negativo –, embora os coeficientes no período pré-eleitoral sejam maiores, mas também sem significância. Uma explicação para isso talvez esteja no fato de que no grupo dos prefeitos com relatórios publicados durante o período eleitoral, tivemos uma quantidade maior de desistências de disputar a reeleição. No grupo dos municípios com corrupção,

a diferença entre os dois grupos – prefeitos com resultados publicados no período pré-eleitoral e prefeitos com resultados publicados no período eleitoral - foi de 23,6 pontos percentuais entre as proporções de prefeitos que tentaram um novo mandato, como verificado na tabela 2. O teste t para a variável de concorreu à reeleição reporta uma diferença de 0.19 entre os prefeitos que tiveram seus relatórios divulgados durante o período eleitoral e os demais prefeitos, e a diferença é significativa ao nível de 0.1 por cento. O que indica que houve menos prefeitos concorrendo à reeleição neste grupo.

Por sua vez, no grupo dos prefeitos que tiveram o resultado da fiscalização divulgado antes do período eleitoral, o teste t reportou uma diferença negativa de -0.16, significativa ao nível de 5 por cento, a constatar que a média de candidaturas à reeleição neste grupo foi, de fato, maior que a dos demais grupos. Isto nos chama à atenção para que o período em que o relatório vem à tona pode ser mais decisivo no processo de candidatura dos prefeitos do que no resultado eleitoral em si. Neste sentido, o efeito principal da auditoria talvez seja inviabilizar a recandidatura do prefeito do que efetivar uma punição eleitoral. A inviabilidade da recandidatura pode estar relacionada ao tipo de desvio detectado. Em muitas cidades foram detectados problemas relacionados ao fornecimento de serviços públicos muito sensíveis, principalmente em localidades pobres, como merenda escolar. No município de Varzedo e Piraí do Norte⁶, na Bahia, por exemplo, os auditores detectaram desvios na contratação do fornecedor da merenda escolar. A partir de entrevistas com a população local, descobriram que em Varzedo, o fornecimento de merenda para as escolas municipais foi interrompido por mais de seis meses, a despeito de o município ter recebido repasse do Ministério da Educação. Assim, ao constatar que a interrupção deveu-se justamente a desvios nos contratos de

⁶ Mais informações sobre estes casos: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2004/02/municipio-baiano-e-lider-de-irregularidades-no-sexto-sorteio>

fornecimento, a auditoria pode simplesmente ter colaborado para desgastar ainda mais a imagem desses prefeitos perante o eleitor local, ao ponto de tornarem inviáveis suas recandidaturas. Em ambos os casos, os prefeitos não se candidataram à reeleição.

Neste sentido, nossos resultados diferem bastante daqueles encontrados por Ferraz e Finan (2008). Os autores não encontram resultados significantes do efeito do tempo sobre a performance eleitoral, embora o coeficiente dos modelos indiquem um efeito no mesmo sentido que encontramos para o período pré-eleitoral. A tabela 10 sumariza o resultado de adotar o mesmo critério de classificação do período eleitoral tal como especificado pelos autores em relação aos modelos com variável dependente de reeleição, a mesma que utilizamos. Nota-se que, embora o efeito seja o esperado pelos autores, em nenhum dos modelos possui significância, mesmo após a incorporação dos efeitos fixos e dos controles relacionados às características dos prefeitos e do municípios. A tabela 11 traz uma comparação dos coeficientes das variáveis temporais utilizadas nos nossos modelos com os efeitos achados por Ferraz e Finan (2008), sempre a destacar que a amostra de Ferraz e Finan (2008) é diferente daquela com que trabalhamos, embora os modelos sejam os mesmos.

Tabela 10. Teste do Modelo de Ferraz e Finan (2008)

	Todos os prefeitos		Apenas prefeitos que concorreram à reeleição
Variável Dependente: Reeleito em 2004			
	(1)	(2)	(3)
Auditado antes da eleição	-0.036 (0.052)	-0.036 (0.053)	-0.059 (0.065)
R ²	0.05	0.17	0.22
Efeitos fixos dos estados	Sim	Sim	Sim
Características dos prefeitos	Não	Sim	Sim
Características dos	Não	Sim	Sim

municípios			
N	373	373	263

Nota: Esta tabela reporta os efeitos do período em que o resultado da auditoria é divulgado sobre a performance eleitoral do prefeito incumbente. Cada coluna apresenta os resultados de uma regressão OLS da variáveis dependente listadas nesta coluna (Reeleito) sobre uma variável que indica o período de divulgação do relatório. Exceto pela coluna (1), todos os modelos incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, número efetivo de partidos na eleição de 2000, polícia municipal (1/0), se possui distrito judicial (1/0) se possui comarca no município; características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. As colunas (1) e (2), incluem todos os prefeitos em primeiro mandato, as colunas (3), (4) e (5), apenas aqueles que concorreram à reeleição. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: Ferraz e Finan (2008)

Tabela 11. Comparação dos efeitos da variável de tempo de Ferraz e Finan (2008) com as utilizadas pelos nossos modelos (em destaque)

	Todos os prefeitos		Apenas prefeitos que concorreram à reeleição
Variável Dependente: Reeito em 2004			
	(1)	(2)	(3)
Auditado antes da eleição	-0.036 (0.052)	-0.036 (0.053)	-0.059 (0.065)
Pré-eleitoral	-0.0653 (-1.00)	-0.0813 (-1.30)	-0.284** (-3.29)
Período eleitoral	0.0579 (0.93)	0.0639 (1.04)	0.311*** (3.41)
Pós-eleitoral	0.00223 (0.03)	0.0190 (0.27)	0.00961 (0.09)

Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração própria

Da comparação desses coeficientes podemos verificar diferenças tanto em relação ao efeito quanto à significância. Entretanto, o resultado que mais chama à atenção é justamente o mais significativo de todos, o do período eleitoral, que possui um efeito positivo sobre as chances de reeleição e a um nível de significância de 0,1%, justamente o contrário do que esperávamos.

Como os resultados nos próximos estágios de Ferraz e Finan focam na mídia como a variável que ajuda a explicar a punição eleitoral, o nosso próximo passo foi tentar verificar o efeito das rádios sobre a reeleição dos prefeitos. Assim, tentamos repetir o modelo mais desenvolvido e utilizado por Ferraz e Finan (2008), para verificar se, na nossa amostra, os achados se coadunam aos dos autores, que chegam a resultados estatisticamente significativos para os efeitos negativos da interação entre a existência de rádios locais, a quantidade de corrupção detectada e a realização da auditoria antes da eleição.

Como exposto na tabela 12, tentamos repetir as interações com as variáveis temporais relativas aos períodos que codificamos – pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral –, entretanto, nenhum dos modelos apresentou significância estatística. Tampouco, os termos interativos apresentaram combinação linear entre as variáveis interagidas. Isso significa que, nos nossos modelos, não só o efeito isolado da quantidade de estações locais de rádio pode não ser diferente de zero, como também o efeito das interações propostas por Ferraz e Finan (2008) também não foram significativas. Ademais, a ausência de combinação linear significativa entre as variáveis interagidas indica exatamente ausência de interação entre elas, o que nos impõe ressalvas em relação ao efeito do termo interativo.

É importante destacar que a comparação aqui realizada não possui propósitos de replicação dos modelos de Ferraz e Finan (2008). Tanto a nossa amostra é diferente da dos autores, quanto à codificação de algumas variáveis independentes, a exemplo a principal variável explicativa que é o período de tempo da publicação do relatório. O

período temporal utilizado pelos autores é se a auditoria foi realizada antes ou depois da eleição. Nosso banco de dados tem apenas municípios que foram auditados em 2003 e 2004, portanto, todos antes da eleição. Por isso utilizamos a publicação dos relatórios como parâmetro de mensuração da variável temporal. Embora possamos, dessa forma, fazer um corte temporal em relação aos municípios fiscalizados, mas que tiveram seus relatórios publicados apenas após a eleição, não podemos replicar os autores, pois não possuímos o mesmo grupo de controle dos mesmos, cidades auditadas após a eleição.

Tabela 12 Modelos interativos de média (Ferraz e Finan, 2008) com as variáveis de período de divulgação dos relatórios e quantidade de corrupção

	Amostra completa sem efeitos fixos			Amostra completa com efeitos fixos			Corrupção ≤ 5		
	Reeleito (1)	Reeleito (2)	Reeleito (3)	Reeleito (4)	Reeleito (5)	Reeleito (6)	Reeleito (7)	Reeleito (8)	Reeleito (9)
Pré-eleitoral	-0.111 (-0.68)			-0.0660 (-0.41)			-0.0634 (-0.39)		
Nº corrupção	-0.0465 (-0.91)	-0.0393 (-0.83)	-0.0311 (-0.65)	-0.0527 (-0.94)	-0.0430 (-0.83)	-0.0368 (-0.67)	-0.0871 (-1.40)	-0.0724 (-1.25)	-0.0797 (-1.26)
Rádios	-0.168 (-0.94)	-0.177 (-1.31)	-0.120 (-0.94)	-0.126 (-0.64)	-0.199 (-1.24)	-0.145 (-0.96)	-0.168 (-0.82)	-0.283 (-1.67)	-0.200 (-1.26)
Rádio x Pré-eleitoral	-0.0336 (-0.17)			-0.161 (-0.83)			-0.171 (-0.86)		
Rádio x Nº corrupção	-0.0112 (-0.20)	0.0168 (0.30)	-0.0302 (-0.57)	-0.0271 (-0.47)	0.00803 (0.14)	-0.0206 (-0.36)	0.0106 (0.16)	0.0664 (1.00)	0.0302 (0.43)
Rádio x Nº corrupção x Pré-eleitoral	0.0337 (0.65)			0.0937 (1.71)			0.0969 (1.60)		
Eleitoral		0.119 (0.70)			0.0913 (0.53)			0.0350 (0.19)	
Rádio x Eleitoral		0.00933 (0.05)			0.0399 (0.20)			0.150 (0.72)	
Rádio x Nº corrupção x Eleitoral		-0.0509 (-1.31)			-0.0444 (-1.10)			-0.0876 (-1.56)	
Pós-eleitoral			0.00148 (0.01)			-0.0229 (-0.12)			0.0514 (0.26)
Rádio x Pós-eleitoral			-0.00948 (-0.04)			0.0756 (0.34)			-0.0242 (-0.10)
Rádio x Nº corrupção x Pós-eleitoral			0.0286 (0.66)			-0.0142 (-0.31)			0.00334 (0.05)
_cons	0.668*** (3.93)	0.566*** (4.84)	0.582*** (5.00)	1.490*** (3.81)	1.346*** (3.53)	1.430*** (3.77)	1.668*** (3.90)	1.554*** (3.73)	1.598*** (3.84)
R²	0.05	0.05	0.04	0.34	0.33	0.33	0.34	0.34	0.33
Total, (Rádio x Nº corrupção x Pré-eleitoral) + Nº corrupção	-0.013 (0.073)			0.041 (0.076)			0.010 (0.085)		

Total, (Rádio x Nº corrupção x Eleitoral) + Nº corrupção		-0.090 (0.061)			-0.087 (0.067)			-0.160* (0.081)	
Total, (Rádio x Nº corrupção x Pós-eleitoral) + Nº corrupção			-0.002 (0.064)			-0.051 (0.072)			-0.076 (0.090)
<i>N</i>	270	270	270	270	270	270	261	261	261

Nota: Esta tabela reporta em cada coluna o resultado de um modelo linear de probabilidade OLS em que a variável dependente é um indicador de se o prefeito foi reeleito (1/0) na eleição de 2004. Rádio é o número de estações locais de rádio AM no município. Os modelos (1), (2) e (3) não possuem nenhuma outra variável de controle das expostas na tabela. Os demais modelos, além de controlados pelos efeitos fixos dos estados, também incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; e características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. Os modelos (7), (8) e (9) se restringem aos municípios em que foram reportados até 5 ordens de serviço com irregularidades, o que corresponde a 96% dos municípios analisados. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses.

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Por fim, testamos nosso modelo de competição eleitoral com as três variáveis de período temporal e com duas variáveis de competição eleitoral. Devido a problemas de multi-colinearidade, evitamos testar as variáveis de margem de vitória e porcentagem de voto do vencedor no mesmo modelo. Porém, testamos essas duas variáveis com a quantidade de candidatos, uma vez que a correlação entre esta e as outras duas variáveis de competição eleitoral é menos óbvia. As tabelas 13, 14 e 15 apresentam os efeitos da interação entre o período temporal da divulgação dos relatórios e também da competição política sobre as chances de reeleição do prefeito. Não está inserida nesses modelos a quantidade de candidatos ainda.

Assim como nas tabelas 7, 8 e 9 verificam-se efeitos distintos resultantes do período pré-eleitoral e eleitoral. Entretanto, cabe destacar que, embora a quantidade de corrupção apareça em destaque, com um nível alto de significância nos modelos pré-eleitoral, a interação entre o período e o nível de corrupção não é significativa. Ao passo que os modelos com a variável de período eleitoral apresentam significância apenas se considerados os prefeitos que concorreram à reeleição, com efeito positivo sobre a votação deles. E as variáveis do termo interativo só são significativas nos modelos que levam em conta a amostra completa, em que o efeito da variável temporal não é significativo.

Tabela 13 Competição eleitoral com interação entre período pré-eleitoral e número de corrupção

Tabela 15 - Corrupção eleitoral com interações entre períodos pré-eleitoral e número de corrupção						
Amostra completa				Apenas prefeitos que concorreram à reeleição		
Variável Dependente: Reeleito em 2004						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Pré-eleitoral	-0.247* (-2.57)	-0.257** (-2.70)	-0.248* (-2.58)	-0.459*** (-3.63)	-0.479*** (-3.95)	-0.463*** (-3.67)
Nº corrupção	-0.0860*** (-3.40)	-0.0898*** (-3.59)	-0.0861*** (-3.41)	-0.0886* (-2.36)	-0.0953** (-2.64)	-0.0927* (-2.47)

Pré-eleitoral x N° corrupção	0.109* (2.25)	0.112* (2.35)	0.111* (2.30)	0.111 (1.88)	0.128* (2.25)	0.117* (1.99)
Rádio	-0.197 (-1.91)	-0.191 (-1.87)	-0.198 (-1.92)	-0.225 (-1.57)	-0.182 (-1.32)	-0.211 (-1.47)
% voto do vencedor		0.000993* (2.52)			0.00159** (3.10)	
Margem de vitória			0.175 (1.03)			0.289 (1.29)
_cons	1.547*** (4.20)	0.949* (2.34)	1.490*** (4.01)	2.165*** (3.73)	1.603** (2.74)	2.070*** (3.55)
R ²	0.35	0.37	0.35	0.45	0.50	0.46
Total, (N° corrupção x Pré- eleitoral) + N° corrupção	0.023 (0.043)	0.022 (0.042)	0.025 (0.043)	0.022 (0.050)	0.032 (0.048)	0.025 (0.049)
N	270	270	270	149	149	149

Nota: Esta tabela reporta em cada coluna o resultado de um modelo linear de probabilidade OLS em que a variável dependente é um indicador de se o prefeito foi reeleito (1/0) na eleição de 2004. Pré-eleitoral é o período em que o resultado da auditoria foi divulgado. N° de corrupção é a quantidade ordens de serviço em que foi detectado corrupção. Rádio é o número de estações locais de rádio AM no município. % voto do vencedor é a porcentagem de votos do vencedor da eleição de 2004. Margem de vitória é a diferença entre porcentagem de votos do primeiro e do segundo colocado na eleição de 2004. Pré-eleitoral x N° corrupção é o termo interativo entre o período de divulgação do relatório e a quantidade de corrupção detectada pela auditoria. Todos os modelos, além de controlados pelos efeitos fixos dos estados, também incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; e características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses.

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela 14 Competição eleitoral com interação entre período eleitoral e número de corrupção

Tabela 17: Corrupção eleitoral com interação entre período eleitoral e número de corrupções						
Amostra completa				Apenas prefeitos que concorreram à reeleição		
Variável Dependente: Reeleito em 2004						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Período eleitoral	0.150 (1.69)	0.167 (1.90)	0.158 (1.77)	0.322** (2.66)	0.334** (2.86)	0.335** (2.78)
Nº corrupção	-0.0309 (-1.06)	-0.0305 (-1.06)	-0.0294 (-1.01)	-0.0163 (-0.44)	-0.0117 (-0.33)	-0.0171 (-0.46)
Período eleitoral x Nº corrupção	-0.0512 (-1.34)	-0.0576 (-1.52)	-0.0529 (-1.39)	-0.00924 (-0.14)	-0.0326 (-0.51)	-0.0145 (-0.22)

% votos do vencedor		0.00101* (2.54)			0.00145** (2.76)	
Rádio	-0.205* (-1.97)	-0.201 (-1.95)	-0.208* (-2.00)	-0.230 (-1.57)	-0.199 (-1.39)	-0.217 (-1.48)
Margem de vitória			0.187 (1.09)			0.340 (1.50)
_cons	1.324*** (3.54)	0.748 (1.80)	1.259** (3.33)	1.660** (2.71)	1.176 (1.90)	1.531* (2.49)
R ²	0.43	0.33	0.35	0.34	0.43	0.47
Total, (Nº corrupção x Eleitoral) + Nº corrupção	-0.082** (0.030)	-0.088** (0.030)	-0.082** (0.030)	-0.025 (0.057)	-0.044 (0.056)	-0.031 (0.052)
N	270	270	270	149	149	149

Nota: Esta tabela reporta em cada coluna o resultado de um modelo linear de probabilidade OLS em que a variável dependente é um indicador de se o prefeito foi reeleito (1/0) na eleição de 2004. Período eleitoral é o período em que o resultado da auditoria foi divulgado. Nº de corrupção é a quantidade ordens de serviço em que foi detectado corrupção. Rádio é o número de estações locais de rádio AM no município. % voto do vencedor é a porcentagem de votos do vencedor da eleição de 2004. Margem de vitória é a diferença entre porcentagem de votos do primeiro e do segundo colocado na eleição de 2004. Período eleitoral x Nº corrupção é o termo interativo entre o período de divulgação do relatório e a quantidade de corrupção detectada pela auditoria. Todos os modelos, além de controlados pelos efeitos fixos dos estados, também incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; e características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses.

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela15 Competição eleitoral com interação entre período pós-eleitoral e número de corrupção

	Amostra completa			Apenas prefeitos que concorreram à reeleição		
	Reeleição (1)	Reeleição (2)	Reeleição (3)	Reeleição (4)	Reeleição (5)	Reeleição (6)
Pós-eleitoral	0.0805 (0.69)	0.0671 (0.58)	0.0693 (0.59)	0.121 (0.74)	0.131 (0.82)	0.105 (0.64)
Nº corrupção	-0.0515* (-2.03)	-0.0553* (-2.20)	-0.0510* (-2.01)	-0.0191 (-0.47)	-0.0209 (-0.53)	-0.0198 (-0.49)
Período pós-eleitoral x Nº corrupção	-0.0291 (-0.67)	-0.0240 (-0.56)	-0.0275 (-0.63)	-0.0566 (-0.87)	-0.0572 (-0.90)	-0.0561 (-0.86)
Rádio	-0.174 (-1.67)	-0.168 (-1.63)	-0.176 (-1.69)	-0.176 (-1.14)	-0.136 (-0.90)	-0.162 (-1.05)
% votos do vencedor		0.000937* (2.34)			0.00153** (2.79)	
Margem de vitória			0.156 (0.90)			0.298 (1.24)
_cons	1.463*** (3.95)	0.912* (2.22)	1.411*** (3.76)	2.198*** (3.53)	1.651* (2.60)	2.087** (3.32)
R ²	0.33	0.34	0.33	0.37	0.42	0.38

Total, (Nº corrupção x Pós- eleitoral) + Nº corrupção	-0.081* (0.040)	-0.080* (0.40)	-0.079 (0.40)	-0.076 (0.057)	-0.078 (0.055)	-0.076 (0.057)
<i>N</i>	270	270	270	149	149	149

Nota: Esta tabela reporta em cada coluna o resultado de um modelo linear de probabilidade OLS em que a variável dependente é um indicador de se o prefeito foi reeleito (1/0) na eleição de 2004. Período pós-eleitoral é o período em que o resultado da auditoria foi divulgado. Nº de corrupção é a quantidade ordens de serviço em que foi detectado corrupção. Rádio é o número de estações locais de rádio AM no município. % voto do vencedor é a porcentagem de votos do vencedor da eleição de 2004. Margem de vitória é a diferença entre porcentagem de votos do primeiro e do segundo colocado na eleição de 2004. Período pós-eleitoral x Nº corrupção é o termo interativo entre o período de divulgação do relatório e a quantidade de corrupção detectada pela auditoria. Todos os modelos, além de controlados pelos efeitos fixos dos estados, também incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; e características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses.

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

A inclusão da variável quantidade de candidatos entre os controles torna o modelo mais robusto. Embora o termo interativo novamente não possua significância, as variáveis de período pré-eleitoral e quantidade de corrupção têm efeito estatisticamente significativo sobre as chances de reeleição dos prefeitos. Em relação ao modelo com a variável de período eleitoral, o mesmo acontece, ou seja, resultados mais robustos e mantido o efeito verificado sem a variável. Ademais, nos modelos que incluem todos os casos, não apenas os prefeitos que tentaram se reeleger, o termo interativo apresentou significância estatística ao nível de 1%.

Tabela 16. Pré-eleitoral com a inclusão de uma nova variável de competição (quantidade de candidatos)

Amostra completa		Apenas prefeitos que concorreram à reeleição		
Variável Dependente: Reeleito em 2004				
	(1)	(2)	(3)	(4)
Pré-eleitoral	-0.244* (-2.56)	-0.235* (-2.47)	-0.459*** (-3.84)	-0.445*** (-3.70)
Nº corrupção	-0.0916*** (-3.67)	-0.0909*** (-3.63)	-0.104** (-2.93)	-0.106** (-2.95)
Pré-eleitoral x Nº corrupção	0.111* (2.33)	0.110* (2.30)	0.142* (2.53)	0.142* (2.50)
% voto do	0.000592		0.000900	

vencedor	(1.21)		(1.52)	
Nº de candidatos	-0.0547 (-1.36)	-0.0805* (-2.41)	-0.112* (-2.20)	-0.147** (-3.29)
Rádio	-0.177 (-1.74)	-0.174 (-1.70)	-0.163 (-1.20)	-0.169 (-1.23)
Margem de vitória		0.0622 (0.36)		0.136 (0.62)
_cons	1.173** (2.69)	1.323** (3.15)	1.975** (3.30)	2.289*** (4.09)
R²	0.37	0.37	0.52	0.51
Total, (Nº corrupção x Pré-eleitoral) + Nº corrupção	0.019 (0.042)	0.019 (0.043)	0.037 (0.047)	0.035 (0.048)
N	270	270	149	149

Nota: Esta tabela reporta em cada coluna o resultado de um modelo linear de probabilidade OLS em que a variável dependente é um indicador de se o prefeito foi reeleito (1/0) na eleição de 2004. Pré-eleitoral é o período em que o resultado da auditoria foi divulgado. Nº de corrupção é a quantidade ordens de serviço em que foi detectado corrupção. Rádio é o número de estações locais de rádio AM no município. % voto do vencedor é a porcentagem de votos do vencedor da eleição de 2004. Margem de vitória é a diferença entre porcentagem de votos do primeiro e do segundo colocado na eleição de 2004. Nº de candidatos é a quantidade de candidatos que participou da eleição de 2004. Pré-eleitoral x Nº corrupção é o termo interativo entre o período de divulgação do relatório e a quantidade de corrupção detectada pela auditoria. Todos os modelos, além de controlados pelos efeitos fixos dos estados, também incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; e características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses.

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela 17 Eleitoral com a inclusão de uma nova variável de competição (quantidade de candidatos)

	Amostra completa		Apenas prefeitos que concorreram à reeleição	
	Reeleição (1)	Reeleição (2)	Reeleição (3)	Reeleição (4)
Período eleitoral	0.158 (1.80)	0.150 (1.70)	0.322** (2.80)	0.321** (2.77)
Nº corrupção	-0.0336 (-1.16)	-0.0345 (-1.19)	-0.0149 (-0.42)	-0.0181 (-0.51)
Período eleitoral x Nº corrupção	-0.0567 (-1.51)	-0.0545 (-1.44)	-0.0514 (-0.80)	-0.0485 (-0.75)
% votos do vencedor	0.000586 (1.18)		0.000790 (1.31)	
Nº de candidatos	-0.0578 (-1.44)	-0.0827* (-2.45)	-0.111* (-2.13)	-0.137** (-2.96)
Rádio	-0.187 (-1.82)	-0.184 (-1.78)	-0.188 (-1.34)	-0.192 (-1.36)
Margem de vitória		0.0691 (0.39)		0.182 (0.81)
_cons	0.997* (2.22)	1.152** (2.68)	1.591* (2.49)	1.831** (3.05)
R²	0.36	0.35	0.50	0.49
Total, (Nº corrupção x	-0.090** (0.30)	-0.090** (0.30)	-0.066 (0.056)	-0.067 (0.056)

Eleitoral) + N°
corrupção

N	270	270	149	149
---	-----	-----	-----	-----

Nota: Esta tabela reporta em cada coluna o resultado de um modelo linear de probabilidade OLS em que a variável dependente é um indicador de se o prefeito foi reeleito (1/0) na eleição de 2004. Período eleitoral é o período em que o resultado da auditoria foi divulgado. N° de corrupção é a quantidade ordens de serviço em que foi detectado corrupção. Rádio é o número de estações locais de rádio AM no município. % voto do vencedor é a porcentagem de votos do vencedor da eleição de 2004. Margem de vitória é a diferença entre porcentagem de votos do primeiro e do segundo colocado na eleição de 2004. N° de candidatos é a quantidade de candidatos que participou da eleição de 2004. Período eleitoral x N° corrupção é o termo interativo entre o período de divulgação do relatório e a quantidade de corrupção detectada pela auditoria. Todos os modelos, além de controlados pelos efeitos fixos dos estados, também incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; e características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses.

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela18 Pós-eleitoral com a inclusão de uma nova variável de competição (quantidade de candidatos)

	Amostra completa		Apenas prefeitos que concorreram à reeleição	
	Reeleição (1)	Reeleição (2)	Reeleição (3)	Reeleição (4)
Período Pós-eleitoral	0.0596 (0.52)	0.0588 (0.51)	0.119 (0.77)	0.107 (0.68)
N° corrupção	-0.0580* (-2.31)	-0.0575* (-2.28)	-0.0262 (-0.68)	-0.0269 (-0.69)
Período pós-eleitoral x N° corrupção	-0.0225 (-0.53)	-0.0234 (-0.55)	-0.0595 (-0.97)	-0.0595 (-0.96)
% votos do vencedor	0.000489 (0.99)		0.000692 (1.10)	
N° de candidatos	-0.0617 (-1.53)	-0.0834* (-2.46)	-0.133* (-2.51)	-0.158*** (-3.42)
Rádio	-0.156 (-1.51)	-0.154 (-1.49)	-0.119 (-0.81)	-0.124 (-0.84)
Margem de vitória		0.0396 (0.22)		0.116 (0.50)
_cons	1.169** (2.64)	1.301** (3.06)	2.067** (3.23)	2.293*** (3.83)
R ²	0.35	0.35	0.45	0.45
Total, (N° corrupção x Pós-eleitoral) + N° corrupção	-0.081* (0.040)	-0.081* (0.040)	-0.086 (0.054)	-0.086 (0.054)
N	270	270	149	149

Nota: Esta tabela reporta em cada coluna o resultado de um modelo linear de probabilidade OLS em que a variável dependente é um indicador de se o prefeito foi reeleito (1/0) na eleição de 2004. Período pós-eleitoral é o período em que o resultado da auditoria foi divulgado. N° de corrupção é a quantidade ordens de serviço em que foi detectado corrupção. Rádio é o número de estações locais de rádio AM no município. % voto do vencedor é a porcentagem de votos do vencedor da eleição de 2004. Margem de vitória é a diferença entre porcentagem de votos do primeiro e do segundo colocado na eleição de 2004. N° de candidatos é a quantidade de candidatos que participou da eleição de 2004. Período pós-eleitoral x N° corrupção é o termo interativo entre o período de divulgação do relatório e a quantidade de corrupção detectada pela auditoria. Todos os modelos, além de controlados pelos efeitos fixos dos estados, também

incluem características dos municípios: densidade populacional, porcentagem da população alfabetizada, porcentagem da população que vive em área urbana, log do PIB per capita, coeficiente de Gini, se possui comarca no município; e características dos prefeitos: sexo(1/0 para masculino), idade, estado civil (1/0 para casado), escolaridade, dummy de partidos. Erros padrões robustos estão dispostos entre parênteses.

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

CONCLUSÃO

Com esta dissertação procuramos preencher uma lacuna analítica nos estudos sobre corrupção. O programa de auditorias da Controladoria Geral da União possibilitou uma oportunidade única de analisar o fenômeno da corrupção a partir de uma base de dados aleatória e objetiva. Isto tem ensejado uma série de estudos sobre este fenômeno tendo por objeto os municípios brasileiros. A literatura já dedicou muito estudo ao modo como a informação pode contribuir para diminuir a corrupção através da punição eleitoral do político corrupto. Na literatura sobre o Brasil, especificamente, há estudos que tentam explicar como a reeleição pode ajudar a diminuir a corrupção. Porém, pouca atenção é dada ao efeito que duas variáveis exercem para reforçar a punição eleitoral aos prefeitos corruptos: o tempo em que a informação vem à tona e a competição política local.

Neste trabalho, tentamos analisar o efeito do tempo e da competição política na punição eleitoral de prefeitos corruptos. Para tanto, classificamos os municípios auditados em três grupos, de acordo com a data em que o resultado das auditorias foi divulgado: período pré-eleitoral, período eleitoral e período pós-eleitoral. Além disso, realizamos

testes estatísticos levando em conta três variáveis de competição política: a margem de vitória, o percentual de votos do vencedor e a quantidade de candidatos no pleito. Essas variáveis tinham o objetivo de controlar o efeito do período temporal sobre as chances de reeleição do prefeito.

Entretanto, os resultados contrariaram nossas hipóteses preliminares de que a proximidade da divulgação do relatório da auditoria com a eleição teria um efeito negativo sobre as chances de reeleição do prefeito. Apesar do efeito negativo do período pré-eleitoral sobre as chances de reeleição não ter nos surpreendido, embora acreditássemos que ele não seria significativo, o efeito positivo do período eleitoral sobre as chances de reeleição é um achado intrigante. Não apenas por ter contrariado os pressupostos sobre os quais norteamos este trabalho, mas também por levantar questões interessantes cujas respostas podem ajudar a esclarecer melhor como a política local responde a escândalos de corrupção. Foi verificado, por exemplo, que justamente no grupo dos municípios que tiveram os resultados divulgados durante o período eleitoral houve uma desistência acentuada de prefeitos de tentar se candidatar à reeleição.

Portanto, seria necessário compreender melhor o efeito da auditoria neste momento de organização do processo eleitoral, formação de alianças e coalizões, mais até do que sobre o resultado eleitoral, uma vez que os eleitores decidem apenas entre aqueles candidatos que lhes são apresentados. Dessa forma, é importante se questionar se na medida em que o período de tempo de divulgação das auditorias se aproxima das eleições, o efeito punitivo da auditoria não possui um caráter mais político – com

influência sobre a formação de coalizões locais – do que eleitoral – com influência sobre o voto do eleitor. Esta é uma questão que merece uma análise mais aprofundada no futuro, a fim de ser mais bem compreendida.

Por ora, seria pertinente tentar ampliar a análise desenvolvida neste trabalho para além do curto período de tempo que analisamos. Neste ano, o Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da CGU completou 12 anos, tendo realizado 40 sorteios e fiscalizado mais de 2.100 municípios. Verificar se os resultados aqui encontrados se repetem ao longo dos ciclos eleitorais de 2008 e 2012 nos ajudaria a compreender se os achados a que chegamos são robustos ou circunstanciais. E isto é importante para compreendermos melhor como instituições externas – em relação à prefeitura – podem ajudar os eleitores a superar a assimetria de informação em relação aos seus políticos, melhorando, em última instância, a qualidade da própria representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos - CEBRAP**, p. 33-37, 2005. ISSN 0101-3300. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300003&nrm=iso
>.

AVELINO, G.; BARBERIA, L. G.; BIDERMAN, C. Governance in managing public health resources in Brazilian municipalities. **Health policy and planning**, p. czf003, 2013. ISSN 0268-1080.

BALÁN, M. Competition by denunciation: the political dynamics of corruption scandals in Argentina and Chile. **Comparative Politics**, p. 459-478, 2011. ISSN 0010-4159.

BATISTA, M. The incentives of the political dynamic on corruption: re-election, competitiveness and coalitions in the Brazilian municipalities. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 87-106, 2013. ISSN 0102-6909.

BECK, N. **Estimating group data models with binary dependent variables and fixed effects: What is the problem?:** Harvard Dataverse 2015.

BRASILEIRO, A. M. **O município como sistema político.** Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1973. Disponível em: <
<https://books.google.com.br/books?id=91oPAAAAYAAJ> >.

BROLLO, F. **Who is punishing corrupt politicians: voters or the central government? Evidence from the brazilian anti-corruption program.** 2008

CHANG, E. C. Electoral Incentives for Political Corruption under Open-List Proportional Representation. **Journal of Politics**, v. 67, n. 3, p. 716-730, 2005. ISSN 1468-2508.

COBB, M. D.; NYHAN, B.; REIFLER, J. Beliefs Don't Always Persevere: How Political Figures Are Punished When Positive Information about Them Is Discredited. **Political Psychology**, v. 34, n. 3, p. 307-326, 2013. ISSN 1467-9221.

COX, G. W. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems.** Cambridge University Press, 1997. ISBN 9780521585279. Disponível em: <
<https://books.google.com.br/books?id=c3bqMzBoinsC> >.

DE DEUS, C. A lógica da competição política municipal em “cenários oligárquicos”. **Revista Estudos Políticos**, v. 1, n. 2, p. 15, 2011.

DE MORAES PEIXOTO, V.; GOULART, N. L. M. **Evolução da competição eleitoral municipal no Brasil (1996 a 2012).** *Teoria e Pesquisa*. UFSCAR 2014.

DONOVAN, T.; BRANTON, R. Electoral Competition and Political Corruption. Western Political Science Association 2011 Annual Meeting Paper, 2012.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Universidade de Brasília, 1980. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=GRn-ngEACAAJ> >.

FEREJOHN, J. Incumbent performance and electoral control. **Public Choice**, v. 50, n. 1, p. 5-25, 1986. ISSN 0048-5829. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1007/BF00124924> >.

FERNÁNDEZ-VÁZQUEZ, P.; BARBERÁ, P.; RIVERO, G. Rooting Out Corruption or Rooting for Corruption? The Heterogeneous Electoral Consequences of Scandals. **Political Science Research and Methods**, 2013.

FERRAZ, C.; FINAN, F. Exposing Corrupt Politicians: The Effects of Brazil's Publicly Released Audits on Electoral Outcomes*. **Quarterly Journal of Economics**, v. 123, n. 2, p. 703-745, 2008. Disponível em: < <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/qjec.2008.123.2.703> >.

_____. Electoral Accountability and Corruption: Evidence from the Audits of Local Governments. **American Economic Review**, v. 101, n. 4, p. 1274-1311, 2011. Disponível em: < <http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/aer.101.4.1274> >.

KUNICOVÁ, J.; ROSE-ACKERMAN, S. Electoral rules and constitutional structures as constraints on corruption. **British Journal of Political Science**, v. 35, n. 04, p. 573-606, 2005. ISSN 1469-2112.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. Editora Alfa Omega, 1975. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=SrqnQEACAAJ> >.

LIMA, V. A. D. L., CRISTIANO AGUIAR. Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. *Donos da Mídia*, 2008. Disponível em: < <http://donosdamidia.com.br/media/documentos/Coronelismo.pdf> >. Acesso em: 18 nov 2014.

MARTIN, P. S. Inside the black box of negative campaign effects: Three reasons why negative campaigns mobilize. **Political Psychology**, v. 25, n. 4, p. 545-562, 2004. ISSN 1467-9221.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94**. Fundação Getulio Vargas Editora, 1996. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=Pk0PAAAAYAAJ> >.

O'DONNELL, G. A. Horizontal accountability: the legal institutionalization of mistrust. In: MAINWARING, S. e WELNA, C. (Ed.). **Democratic accountability in Latin America**. Oxford ;New York: Oxford University Press, 2003. p.34-54. ISBN 0199256373 (HBK.) 0199256381 (PBK.).

PEIXOTO, V. D. M. **Onde estão os grotões? Competição eleitoral nos municípios brasileiros**. 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, SP 2012.

PEREIRA, C.; MELO, M. A.; FIGUEIREDO, C. M. The corruption-enhancing role of re-election incentives? Counterintuitive evidence from Brazil's audit reports. **Political Research Quarterly**, 2008. ISSN 1065-9129.

PERSSON, T.; TABELLINI, G.; TREBBI, F. Electoral rules and corruption. **Journal of the European Economic Association**, v. 1, n. 4, p. 958-989, 2003. ISSN 1542-4774.

PIERANTI, O. P.; MARTINS, P. E. M. A Radiodifusão como um Negócio: um Olhar sobre a Geração do Código Brasileiro de Telecomunicações. **Revista Eptic**, v. 9, n. 1, 2011. ISSN 1518-2487.

POWELL, G. B. **Elections as Instruments of Democracy: Majoritarian and Proportional Visions**. Yale University Press, 2000. ISBN 9780300080162. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=GIMZmYdvfREC> >.

POWER, T. J.; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, p. 51-69, 2003. ISSN 0104-4478. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200005&nrm=iso >.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, v. 11, p. 64-93, 2005. ISSN 0104-6276. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000100003&nrm=iso >.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. **Democracy, accountability, and representation**. Cambridge, U.K. ;New York: Cambridge University Press, 1999. ix, 351 p. ISBN 0521641535 (hc.)

0521646162 (pbk.). Disponível em: < <http://discovery.lib.harvard.edu/?itemid=%7Clibrary/m/aleph%7C008156679> >.

RIKER, W. H. **Liberalism Against Populism: A Confrontation Between the Theory of Democracy and the Theory of Social Choice**. Waveland Press, 1982. ISBN 9780881333671. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=Ux-IQgAACAAJ> >.

ROSE-ACKERMAN, S. The economics of corruption. **Journal of public economics**, v. 4, n. 2, p. 187-203, 1975. ISSN 0047-2727.

SILVA, G. P. D. Uma avaliação empírica da competição eleitoral para a Câmara Federal no Brasil. **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 403-429, 2013. ISSN 0104-6276.

SOARES, G. A. D. **A democracia interrompida**. FGV Editora, 2001. ISBN 9788522503568. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=GUeHAAAAMAAJ> >.

URRA, F. J. Assessing Corruption An analytical review of Corruption measurement and its problems: Perception, Error and Utility. **Edmund A. Walsh School of Foreign Service (May)**, p. 1-20, 2007.